



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
PEDAGOGIA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira. Decorridos mais de 18 meses de sua criação, o Decreto nº 42.427, aprovada em 12 de outubro de 1957, o seu primeiro Estatuto que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, já estava em exercício o primeiro Reitor, Mário Braga Henriques (nov. 1957 a dez. 1960). Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a UFPA, enquanto a maior instituição de Ensino Superior do Norte do Brasil, tem como missão "Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável" (PDI, 2016-2025, p. 33). Além dessa missão, tem como visão "Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade" (PDI, 2016-2025, p. 31). Ainda tem como princípios norteadores de suas ações (PDI, 2016-2025, p. 33): a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente. Desde sua criação, a primeira reforma estatutária da UFPA aconteceu em setembro de 1963, quando foi publicado o novo Estatuto no Diário Oficial da União. Dois meses após essa Reforma, ela foi reestruturada pela Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Nesse período foram implantados novos cursos e novas atividades básicas com o objetivo de promover o

desenvolvimento regional e, também, o aperfeiçoamento das suas atividades-fim. Sua atuação se dá em 12 Municípios (Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí) que formam o Multicampi; possui 16 Institutos, 9 Núcleos, 1 Escola de Aplicação, 1 Escola de Música, 1 Escola de Teatro e Dança, 1 Hospital Veterinário, 2 Hospitais Universitários e 2 Clínicas situados na cidade de Belém. Tem 1 Sistema de Incubadora de Empresa em parceria com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento a Pesquisa (FADESP), 1 Centro de Capacitação para Treinamento de Servidores (CAPACIT) com capacidade para 200 pessoas, 1 Museu, 1 Sistema de Bibliotecas composto por 36 Bibliotecas Universitárias e 3 Postos de Atendimento de Informação, coordenado tecnicamente pela Biblioteca Central, com 4.874 m². A maioria delas está localizada no Campus Belém e as demais se distribuem nos Campi. De acordo com o Documento UFPA em números 2023, ano base 2022, a Instituição oferece, na forma presencial e na Educação a Distância (EAD), 584 cursos de Graduação, 35 cursos de Especialização e 102 cursos de Pós-graduação stricto sensu, sendo 65 de Mestrado Acadêmico, 47 de Doutorado, 31 de Mestrado Profissional e 1 de Doutorado Profissional. Atualmente, compõem sua comunidade universitária 2.523 professores(as), incluindo efetivos(as) do Ensino Superior, efetivos(as) da Educação Básica e Ensino Profissional, substitutos(as) e visitantes, sendo 2.117 Doutores(as), 341 Mestres, 43 Especialistas e 22 Graduados(as); 2.458 Servidores(as) Técnico-administrativos e 64.829 alunos(as) matriculados(as), assim distribuídos(as): 10.607 nos cursos de Pós-graduação, sendo 7.295 de cursos de Pós-graduação stricto sensu e 54.222 matriculados(as) nos cursos de Graduação, sendo 34.097 na capital do Estado. Nesta configuração, o Campus Universitário de Abaetetuba, que integra o Programa de Interiorização da UFPA, foi criado nos termos da Resolução nº 1.355 de 03/02/1986 e sua origem e implantação decorreram dos muitos debates num processo de luta e mobilização da sociedade civil e organizada do conjunto de Municípios que integram a Microrregião do Baixo Tocantins de Abaetetuba, Acará, Moju, Barcarena e Igarapé-Miri. Inicialmente no Campus foram implementadas sem prédio próprio, sob a Coordenação da Professora Conceição Solano, indicada por José Seixas Lourenço, que na época ocupava o cargo de Reitor. Atualmente, oferece cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática, Letras/Língua Portuguesa, Letras/Língua Espanhola, Educação do Campo, Física e Tecnologia em Agroecologia e Bacharelado em Engenharia Industrial. Cabe destacar que, com trinta e sete anos de atuação comprometido com a qualidade da Educação Básica, além da diversificação da oferta com Bacharelado em áreas relevantes para o desenvolvimento dessa Microrregião, o Campus segue ofertando cursos de Licenciatura com vista à formação de professores para o alcance da qualidade

social da educação, paralelamente. Além do ensino, consolidou a pesquisa, o que permitiu instalar 02 Programas de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado Acadêmico), inaugurando um novo momento histórico na formação de recursos humanos para o desenvolvimento educacional, cultural e econômico da meso e microrregião (PDI/PPI 2016-2025). A partir dos anos 2000, novas Resoluções passam a organizar a formação do(a) Licenciado(a) em Pedagogia. A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação de Professores em Nível Superior, no Curso de Licenciatura em Pedagogia e a Resolução CNE/CP nº 4 de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as DCNs para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura) têm indicado a necessidade de reorganização das diretrizes de formação do/da profissional da Educação Básica e dos Projetos dos Cursos (PPC), portanto urgente, para curso de Pedagogia, responsável pelos processos formativos do(da) profissional que atenderá estudantes da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além da atuação na administração, no planejamento e na supervisão escolar, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 em seu Art. 64. A integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que sustenta o PPC do curso de Pedagogia, também está em alinhamento com as diretrizes previstas no PDI. O envolvimento dos(das) estudantes em atividades de Pesquisa e Extensão, por exemplo, não apenas fortalece sua formação técnico-científica, mas também contribui para a responsabilidade social e cultural colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A realidade territorial e social da Amazônia apresentou à UFPA o desafio de formar recursos humanos fora da sede, hoje denominada Cidade Universitária José Silveira Netto, localizada na capital do estado, Belém. Assim, vários Campi foram criados em cidades estratégicas do interior do Estado, inaugurando a Universidade Multicampi, e entre estes está o Campus Universitário de Abaetetuba que conta com 5 faculdades e, em seu Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), com uma Política de Assistência Estudantil por meio da Divisão de Acessibilidade ? Dac - que busca atender as demandas de alunos(as) que possuam algum tipo de deficiência, Transtorno do Espectro Autista ? TEA e altas habilidades/superdotação e tem como objetivo fomentar e desenvolver estratégias de

inclusão, acessibilidade e permanência para o público da Educação Especial no Ensino Superior, dando apoio em questões no âmbito de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Os atendimentos incluem serviços de tradutor(a) e intérprete de Língua Brasileira de Sinais; digitação de textos, acesso à tecnologias assistivas, softwares leitores, adaptação pedagógica e tempo adicional para realização de provas e articulações com diversos setores da Universidade para criar e promover estratégias de inclusão, acessibilidade e permanência para estudantes com deficiência incluídos(as), de fato, nos processos formativos da Educação Superior em articulação direta com a Política de Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA. Em consonância com esta Política, a Faculdade de Educação e Ciências Sociais ? FAECS, vem contribuindo para a permanência dos(das) estudantes no curso de Pedagogia e com a formação de professores(as) para a Educação Básica. Em todos estes anos, de sua vigência, a FAECS esteve e está em sintonia com os objetivos e metas da UFPA e do Campus Universitário de Abaetetuba, comprometendo-se com a qualidade da Educação Básica, considerando sempre a relação entre a realidade local e o contexto global, este último marcado pelas NTCIs e pela formação de um(a) profissional que também atenda as modalidades de educação, principalmente as relacionadas (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Indígena) e as diversidades do contexto amazônico em que a distância geográfica, ainda se apresenta como grande complicador para a garantia do direito à educação para homens, mulheres, jovens e crianças do campo, das florestas, das estradas, dos rios que são especificidades vivenciadas pelo(a) profissional formado(a) no Campus Universitário de Abaetetuba, principalmente o(a) Pedagogo(a). O compromisso da FAECS e seu envolvimento com a Educação Básica, se materializou por meio da oferta de turmas, além de duas edições do Curso de Especialização em Organização e Coordenação do Trabalho Pedagógico, além de turmas oriundas de programas de formação de professores(as) do governo federal, o que garantiu e garante a formação inicial em outros municípios da microrregião do Baixo Tocantins; os programas de formação mencionados são: o FUNDEF com turmas ofertadas em Tomé-açu, Concórdia do Pará e Tailândia, e o PARFOR, com turmas ofertadas em Barcarena, Tomé-açu, Concórdia do Pará, Bujaru, Acará e Muaná e Tucuruí. Por meio destes Programas, a FAECS atuou diretamente na contribuição dos(das) professores(as) da Rede Municipal de Ensino, elevando a qualidade dos processos de ensino e reafirmando o compromisso desse Campus no desenvolvimento da Região. Da perspectiva do desenvolvimento socioeconômico, o curso de Pedagogia é relevante para a microrregião do Baixo Tocantins, na medida em que forma recursos humanos aptos a ocuparem diferentes setores profissionais nos sistemas de ensino municipais e estaduais, além de postos nas

instituições privadas e em diferentes espaços educativos, contribuindo decisivamente na escolarização de crianças e jovens e para o desenvolvimento da micro e meso Região. Da perspectiva acadêmica, é relevante ainda por integrar pesquisa, extensão e ensino tendo em vista formar professores e professoras com postura científica e crítica, preparados(as) para problematizar os temas e problemas pedagógicos e de gestão da escola básica e desenvolver pesquisa com vista a dar respostas à comunidade educacional e à sociedade em geral. Da perspectiva social, a relevância do curso de Pedagogia está na formação de professores e professoras que serão responsáveis pela socialização do conhecimento no processo de escolarização de crianças e jovens e mesmo de adultos(as) e idosos(as). A FAECS, assim, presta um serviço especializado à comunidade e, também, comunica as conquistas que resultam da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, em favor da universalização do acesso, da permanência e da terminalidade com sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino na Educação Básica. Da perspectiva da legislação educacional, as recentes mudanças na educação brasileira que culminaram com a aprovação das DCNs/2024, justificam a reorientação do curso de Pedagogia. A legislação e os documentos pertinentes com vista a atualizar os princípios, os fundamentos, os pressupostos e as práticas do Curso são: a LDB n.9394/96, o PNE 2014-2024, o PDI/PPI 2016-2025 da UFPA, o PDU CAAB 2017-2025, a Resolução n. 04, de 29 de maio de 2024 (DCNs) e a BNCC/2017. As DCNs definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. O PDI e o PPI/UFPA 2016-2025 são os documentos nos quais a UFPA manifesta seu compromisso educativo-científico com a região Amazônica e planeja ações para o alcance de metas em longo prazo; a LDB n.9394/96, o PNE 2014-2024 e as DCNs/2024, constituem-se em fundamentos legais, por meio dos quais a União estabelece metas e diretrizes curriculares, respectivamente, além de definir as formas de organização da formação inicial e continuada, e determina responsabilidades quanto à sua organização e execução. Já em relação ao PNE 2014-2024, este apresenta 20 metas para a educação nacional, da Educação Infantil ao Ensino Superior, destacando a Educação Inclusiva, a formação de professores(as), a gestão e o financiamento da Educação como compromissos prioritários. Este PPC considera os princípios da Resolução n. 04/2024 (Brasil, 2024), que destaca a necessidade de uma noção de conhecimento e de ensino como basilares para o desenvolvimento do projeto de educação para a micro Região e para a Amazônia, sempre em sintonia com as políticas públicas e educacionais do País; a articulação entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico ao exercício profissional do magistério e da prática educativa; à docência e a gestão como ações

educativas intencionais e metódicas; a existência de diferentes processos educativos, sempre mediados pelo trabalho coletivo; a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental e que sua efetivação fortalece a democracia, sendo uma necessidade estratégica na formação dos(das) profissionais do magistério, sem deixar de priorizar processos formativos amplos que englobem a formação em Educação Especial, Educação do Campo, Escolar, Indígena e Quilombola. Além das mudanças ocorridas nas políticas e gestão da educação brasileira, há as imposições dos contextos local-global que vão incidir no atual perfil do(da) egresso(a), e na elaboração de políticas para o alcance da qualidade dos processos educativos e de gestão nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste movimento, se apresenta como necessária a reestruturação do PPC do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba às normatizações mais atuais que visam diretamente ajustar os processos formativos do(a) Pedagogo(a), visto que esta formação inicial de profissionais de magistério deve garantir a compreensão ampla e contextualizada da educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação da proposta pedagógica das instituições de Educação Básica, com a finalidade de garantir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(das) estudantes, a gestão democrática da escola e dos sistemas de ensino e os processos de avaliação institucional orientados para a melhoria contínua da qualidade da oferta educativa (§ 1º, art. 2º da Resolução CNE/CP nº 4/2024). Cabe destacar que este é um processo que não envolve somente o ajuste do PPC às normatizações estabelecidas, mas considerar as necessidades de transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos(ãs) capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável, por meio direto da ação educativa e formativa dos(das) profissionais, inclusive da Educação Básica. Assim, este PCC materializa os avanços vividos no campo educacional na medida em que articula as condições sociopolíticas e culturais, a legislação, os sistemas de ensino e a multiplicidade de sujeitos: docentes, técnicos(as) e estudantes envolvidos(as) neste processo. Por meio da reestruturação do PPC, a formação do(a) Pedagogo(a) se amplia à medida que permite sua adequação às necessidades do mundo do trabalho e da formação do cidadão e da cidadã brasileira, principalmente no que se relaciona à práticas que permitam que espaços formativos sejam ampliados, como no caso do Estágio na Educação Especial que possibilitará que as práticas no Atendimento Educacional Especializado da rede de ensino, sejam observadas e refletidas ainda no percurso formativo, garantindo que as ações a serem desenvolvidas tenham como foco central o aprimoramento da formação, de modo que estes possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino ofertado nas escolas, antes da conclusão de seu curso e, posteriormente, quando já estiverem

inseridos(as) profissionalmente no mundo do trabalho. Convém destacar que o Núcleo Docente Estruturante ? NDE do curso de Pedagogia, atendendo as determinações específicas e os processos de avaliação do Ensino Superior, vem propondo a discussão da reestruturação do seu PPC e adequando este processo a uma discussão política e com a comunidade acadêmica no intuito de atender as demandas e alinhadas às proposições à realidade local de sujeitos da Amazônia. É mister destacarmos a importância da oferta do curso de Pedagogia e sua relevância social na mesorregião do estado do Pará denominada de Baixo Tocantins, que se trata de uma das cinco microrregiões do estado do Pará. O estado do Pará, em conformidade com Almeida (2010), se insere na floresta Amazônica, e nesta há uma ?[...] diversidade, heterogeneidade, multiplicidade, diferenciações e particularidades internas?, composta no Campo por áreas de várzea e ilhas e terra-firme e caracteriza-se por uma intensa relação da população com os meios naturais?, com um modo de vida distinto nestes lugares ribeirinhos, a partir da frequente ?acessibilidade fluvial, da pesca e da coleta de produtos florestais, e contando com as cidades e vilas como entrepostos de troca de sua produção? (PEREIRA, 2012, p. 200-201). Há ainda, em espaços rurais e urbanos do Baixo-Tocantins, uma realidade social e ambiental retratada por ?subempregados, alguns empregados em ocupações secundárias, muitos escravizados em fazendas e carvoarias, ao lado da destruição da floresta, poluição dos rios, redução do pescado? (Almeida, 2010, p. 292). A partir desta contextualização, observamos nas sínteses de dados oficiais que confirmam uma Região (Mesorregião do Baixo Tocantins) marcada por contradições sociais. O Índice de Gini, por exemplo, nos ajuda compreender o grau de concentração de renda na mesorregião do Baixo Tocantins, pois mensura os índices de desigualdade social que prevalecem nessa região do Pará. Apesar da desigualdade de renda no Brasil ter diminuído no ano de 2022, mediante verificação do Índice de Gini (de 0,544 para 0,518), o estado do Pará se apresenta em sentido oposto. A distribuição do PIB paraense entre os municípios, considerando-se o Índice de Gini do PIB estadual, apresentou grau de concentração de 0,76 em 2021, superior ao ano de 2020 (0,75). Isso significa que houve aumento na concentração da economia no Estado (Pará, 2021). Dados nos revelam que que municípios da Mesorregião do Baixo Tocantins, como Abaetetuba (0,5389), Acará (0,5355), Barcarena (0,5734), Cametá (0,5810) e Mocajuba (0,5921), prevalece o índice de desigualdade social maior que o índice nacional. E nesse caso, a capital Belém como município mais rico do Estado, contraditoriamente apresenta sérios índices de desigualdade e vulnerabilidade social com o índice de 0,6284 (Brasil, 2010a). Esse contexto, em tela, é confirmado com o Índice de Desenvolvimento Humano do Municípios (IDHM) no estado do Pará, o qual indica que enquanto a capital Belém se apresenta na primeira posição do Estado com índice Alto de

0,746, a maioria dos municípios da mesorregião do Baixo Tocantins encontram-se com índice Médio (28^a Abaetetuba ? 0,678), e principalmente Baixo e Muito Baixo (66^a Tailândia ? 0,588; 69^a; Tomé-Açu ? 0,586; 77^a Baião ? 0,578; Cametá ? 0,577; Mocajuba ? 0,575; Concórdia do Pará ? 0,566; entre outros municípios) (Brasil, 2010b). Em síntese, se não bastasse o IDHM baixo na Mesorregião do Baixo Tocantins, ainda se convive nessa Região com altos índices de desigualdade social, com a concentração de renda em restritos setores dos municípios em detrimento do conjunto dessas populações. Nesse sentido, a presença do curso de Pedagogia na Região se justifica, portanto, pela desigualdade e vulnerabilidade social como produto de um baixo desenvolvimento social desta mesorregião paraense e pela necessidade de superação desse cenário. O curso de pedagogia aponta para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades extensivas à comunidade desta mesorregião e na cidade de Abaetetuba. Vislumbra-se com o curso de Pedagogia nessa importante mesorregião do Estado, a construção de indicadores necessários para se pensar políticas públicas educacionais articuladas com o desenvolvimento dos municípios desta mesorregião.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

De acordo com o PDU 2022-2025 do Campus Universitário de Abaetetuba, cada Faculdade será administrada por um(a) Diretor(a) e um(a) Vice-diretor(a), eleitos(as) em conformidade com o Regimento Interno da Subunidade Acadêmica, para um mandato de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos(as) uma (1) vez. O curso de Pedagogia segue as determinações da Resolução nº 616 de 14/12/2006, que aprova o Regimento Geral da UFPA em vigor e determina as competências e responsabilidades do Diretor(a) e Vice-diretor(a) das Faculdades que integram a UFPA, bem como o próprio PDU do Campus Universitário de Abaetetuba. Neste sentido, as competências do(a) gestor(a) da FAECS envolvem: I. Presidir o Conselho da Faculdade; II. Superintender as atividades administrativas e acadêmicas; III. Supervisionar as atividades dos laboratórios de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV. Fazer cumprir o Plano de Ação Anual da Faculdade; V. Submeter, anualmente, ao Conselho da Faculdade a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros advindos da Gestão Superior da UFPA ou de outros setores públicos ou privados; VII. Designar, mediante Portaria, a Comissão Eleitoral aprovada pelo Conselho da Faculdade para eleição da Direção

e Vice Direção; VIII. Tomar decisões ad referendum em matérias urgentes, submetendo-as ao Conselho da Faculdade na reunião subsequente; IX. Encaminhar à Gestão do Campus a comunicação da aprovação de projetos, prazo de execução e cargas horárias alocadas para os(as) servidores(as) participantes. X. Buscar recursos financeiros que visem permanentemente a melhoria das atividades administrativas e acadêmicas da Faculdade; XI. Representar a FAECS onde se fizer necessário; XII. Inscrever os(as) estudantes em data estabelecida pelo INEP/MEC no Exame Nacional de Desempenho (ENADE); XIII. Receber e acompanhar as Comissões de Avaliação do INEP no processo de reconhecimento/recredenciamento do Curso; XIV. Estimular e apoiar a aproximação da Graduação com a Pós-graduação; XV. Estimular o envolvimento dos(das) discentes em trabalhos de Iniciação Científica. XVI. Acolher, acompanhar e apoiar professores(as) recém-contratados(as); XVII. Manter diálogo permanente com discentes e seus(suas) representantes; XVIII. Apoiar discentes em situações de vulnerabilidade; XIX. Apoiar ações propositivas/desenvolvidas pelo Centro Acadêmico.

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

Compete à Vice Direção da FAECS, nos termos do Artigo 107 do Regimento Geral da UFPA: I. Substituir a Direção da Faculdade em suas faltas e impedimentos; II. Colaborar na coordenação das atividades acadêmicas e administrativas; III. Desempenhar as funções que lhes forem delegadas pela Direção ou determinadas pelo Conselho da Faculdade em forma de Resolução; V. Suceder, no caso de vacância, a Direção, para completar o tempo de mandato. Parágrafo Único: Para efeito do que dispõe este Artigo, poderá ser alocada até vinte (20) horas semanais no Plano Individual de Trabalho para que o(a) docente Vice-diretor(a) exerça suas atividades, condizentes ao cargo, mediante aprovação das instâncias colegiadas da Subunidade e Unidade Acadêmica, como previsto no Parágrafo 2º, do Artigo 13, da Resolução n.4074/2010 - CONSEPE/UFPA. Em conformidade com as Resoluções apresentadas, anteriormente, só poderão concorrer aos cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) da FAECS professores(as) de carreira, efetivos(as) e lotados(as) na Faculdade. A nomeação do(a) Diretor(a) e Vice-Diretor(a) da Faculdade será feita pelo(a) Reitor(a), após processo eleitoral definido pelo Colegiado da Faculdade e aprovada no Conselho do Campus. No impedimento do(a) Diretor(a) e Vice-Diretor(a), a Direção da Faculdade será exercida por docente de carreira, membro da Faculdade e por indicação desta. Cabe destacar que o(a) Diretor(a) e Vice-diretor(a) poderão ser destituídos(as) de seus

mandatos, conforme o que está previsto no inciso XVII, do Art. 45, do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Federal do Pará.

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

Não se aplica

D. COLEGIADO DO CURSO

A FAECS, no que determina o Regimento Geral da UFPA, em seu Artigo 5º, conta com um órgão colegiado no qual destaca que "as funções deliberativas e consultivas, nos diversos níveis de administração didático-científica e de apoio, na UFPA, serão desempenhadas por órgãos colegiados, constituídos e funcionando segundo as ordenações constantes do Estatuto, deste Regimento Geral e dos Regimentos Internos". A composição dos órgãos colegiados será pelo Diretor(a) e Vice Diretor(a), por todos(as) os(as) docentes ou seus(suas) representantes, pelos(as) representantes dos discentes e técnico-administrativos(as) que atuam na respectiva Subunidade Acadêmica, em conformidade com o Regimento Interno. Assim sendo, na FAECS, o Colegiado atende as determinações legais estabelecidas pela UFPA e se reúne, ordinariamente, uma vez no mês e extraordinariamente quando necessário, solicitado pela Direção da Faculdade, tendo suas deliberações registradas em ata. Dentre suas funções está: I. Modificar o Regimento Interno da Faculdade e submetê-lo à aprovação da Colegiado do Campus; II. Definir o funcionamento acadêmico e administrativo, em consonância com as normas da UFPA e da legislação em vigor; III. Criar, agregar ou extinguir câmaras, comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade, especificando-lhes expressamente a competência; IV. Decidir sobre o pedido de admissão e dispensa de servidores(as) (docentes e técnico-administrativos), bem como sobre modificações de seus regimes de trabalho; V. Decidir sobre pedidos de afastamento de servidores(as) para fins de aperfeiçoamento ou cooperação técnica, estabelecendo o acompanhamento e a avaliação dessas atividades; VI. Solicitar à Congregação do Instituto de Geociências abertura de concurso público para provimento de vaga às carreiras Docente e Técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de temporários, em consonância com as normas da UFPA e da legislação em vigor; VII. Propor ao Colegiado do Campus, critérios específicos para a avaliação do desempenho e da progressão de servidores(as) Docentes e Técnico-administrativos, respeitados as normas e as políticas

estabelecidas pela Universidade; VIII. Manifestar-se sobre o desempenho de servidores(as), para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão na carreira; IX. Elaborar a proposta orçamentária e o plano de aplicação de verbas da Faculdade, submetendo-os ao Colegiado do Campus; X. Indicar ou propor membros de comissões examinadoras de concursos para provimento de cargos ou empregos de professor(a), em conformidade com a legislação vigente e as normas da UFPA; XI. Manifestar-se previamente sobre contratos, acordos e convênios de interesse da Faculdade, bem como sobre projetos de prestação de serviços a serem executados, e assegurar que sua realização se dê em observância às normas pertinentes; XII. Decidir questões relativas à matrícula, opção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, bem como sobre representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação e as normas pertinentes; XIII. Coordenar e executar os procedimentos de avaliação dos cursos de graduação sob sua responsabilidade; XIV. Praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar e julgar os recursos que lhe forem interpostos, de acordo com o que determina o Regimento Geral da UFPA; XV. Organizar e coordenar o processo eleitoral para nomeação da Direção e Vice-Direção da Faculdade, respeitado o disposto no Estatuto e no Regimento Geral da UFPA. XVI. Propor, motivadamente, pela solicitação de dois terços (2/3) de seus membros, a destituição da Direção e/ou Vice-Direção da Faculdade; XVII. Analisar e julgar as contas da gestão do(da) dirigente da Faculdade; XVIII. Apreciar, com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus membros, o veto do(da) dirigente da Faculdade às decisões do Conselho; XIX. Avaliar os projetos de pesquisa, bem como propor a alocação de carga horária para os(as) seus(suas) participantes à Congregação do Instituto de Geociências. XX. Decidir sobre matéria omissa no presente Regimento e na esfera de sua competência.

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Como Órgão componente da gestão da Faculdade de Educação e Ciências Sociais do Campus Universitário de Abaetetuba, temos o Núcleo Docente Estruturante que atendendo a Resolução n. 4.908, de 21 de março de 2017, que institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. O NDE do curso de Pedagogia tem função consultiva, propositiva e de assessoramento no processo de concepção, consolidação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), visando a contínua promoção de sua qualidade. E atendendo as determinações legais é

composto por cinco membros (mínimo determinado pela Resolução n. 4.908 de 21 de março de 2017) e seu(sua) Presidente é o(a) Diretor(a) do Curso (ou Coordenador(a) do Curso) e seus membros são eleitos(as) pelo órgão colegiado da Faculdade e sua legitimidade é regulamentada por meio de portaria emitida pela Coordenação do Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba. Todos os membros devem ser docentes da Faculdade, com a titulação de Doutor(a) em regime de dedicação exclusiva, e seus membros se reúnem ordinariamente uma vez por semestre ou em caráter extraordinário quando for necessário. Segundo a referida Resolução em seu Art. 4º, "O mandato dos membros do NDE será de 04 (quatro) anos, permitida a recondução de seus membros. Parágrafo único. Inicialmente, 50% (cinquenta por cento) dos membros serão eleitos(as) para mandato de 02 (dois) anos e os demais para mandato de 04 (quatro) anos, de forma a assegurar a renovação parcial dos(das) integrantes do NDE, permitindo a continuidade no processo de acompanhamento do Curso?". Dentre as suas atribuições destacam-se: I "acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, tendo em vista a preservação de sua atualidade, em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional e da sociedade, em sentido amplo; II "contribuir para a consolidação do perfil profissional do(a) egresso(a) do Curso, considerando suas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a necessidade de promoção do desenvolvimento de competências, visando a adequada intervenção social do(a) profissional, em seu campo de atuação; III "indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação, considerando as demandas específicas do Curso e de cada área do conhecimento; IV "zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino-aprendizagem constantes no currículo; propor no Projeto Pedagógico de Curso, procedimentos e critérios para a auto avaliação do Curso; propor os ajustes no Curso a partir dos resultados obtidos na auto avaliação e na avaliação externa; identificar dificuldades na atuação do corpo docente do Curso que interfiram no percurso acadêmico e formação profissional do(a) egresso(a); propor mecanismos de qualificação docente por meio de formação continuada.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: PEDAGOGIA

Local de Oferta: Campus Universitário de Abaetetuba

Endereço de Oferta: Rua Manoel de Abreu

Bairro: Mutirão

CEP: 68440000

Número: 00

Complemento:

Cidade: Abaetetuba

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 80

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Vespertino

Turno de Funcionamento: Noturno

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em Pedagogia

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 10

Duração mínima: 5.00 ano(s)

Duração máxima: 7.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3425 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 4110 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Atividades Curriculares

Forma de Oferta de Atividades: Paralela

Ato de Criação: Decreto n. 35.456 de 04 de maio de 1954

Ato de Reconhecimento: Resolução nº 1.355 de 03 de fevereiro de 1986

Ato de Renovação: Portaria nº 921, de 27 de dezembro de 2018 (MEC/SERES)

Avaliação Externa: ENADE, 2017

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

Do ponto de vista da política educacional brasileira, na última década, os contextos local-global têm impostos alterações no campo educacional, o que se expressa em políticas, programas e ações que incidem no atual perfil do(a) egresso(a). A Pedagogia como teoria ou

Ciência da Educação, ou como Curso de Graduação ? Licenciatura faz parte da arena das disputas epistemológicas e sociais, o que inclui a produção de conhecimento e a regulamentação e controle por meio de Diretriz específica sobre o Curso de Pedagogia (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006) e da Resolução CNE/CP nº 4 de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as DCNs para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Tais mudanças sociais e educacionais impuseram a realização de eventos, debates e permitiram deliberações dos diversos setores da sociedade civil e política no intuito de construir políticas para o alcance da qualidade dos processos educativos e da gestão, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. As mudanças ocorridas nas políticas e gestão da educação brasileira incluem: 1. A aprovação da Emenda Constitucional n.º 59/2009 que ampliou a educação obrigatória no Brasil; o Ensino Fundamental ampliado para o atendimento de estudantes de 4 a 17 anos e definindo a sua universalização até 2016; 2. A democratização da Educação Básica; 3. As alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB n.º 9394/96, com destaque à definição de uma base nacional comum para a Educação Básica. Tais alterações requerem efetiva articulação federativa e o redimensionamento do papel do Estado para garantir o direito à educação; 4. A aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado sem vetos pela Presidência da República, em junho de 2014, o que definiu o incremento do percentual do PIB para a educação e o prazo de 2 (dois) anos para a institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE); 5. A definição do papel do Ministério da Educação, que em colaboração (e após pactuação) com os demais entes federativos por meio de instância permanente de negociação e cooperação, deve encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a proposta sobre "direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento?", o que configurou a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Rocha; Dourado, 2016, p. 01). Considerando essas mudanças ocorridas, este PPC toma como marcos legais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), a LDB n. 9394/96 (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação para o Decênio 2014/2024 (Brasil, 2014), o PDI/PPI 2016-2025 da UFPA e o PDU 2016-2025 do Campus Universitário de Abaetetuba e, principalmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica, tendo por base o Parecer CNE/RP n. 04 de 29 de maio de 2024. As DCNs (Brasil, 2024) são o marco legal, político, pedagógico e ético da formação inicial e continuada dos(das)

profissionais do magistério, condição indispensável para o projeto local e nacional de educação, em todos os níveis e modalidades da Educação Básica. Desse modo, as metas e estratégias contidas no marco legal incidem nos fundamentos e nas bases da política nacional de formação inicial e continuada dos(das) profissionais do magistério. Na busca de maior organicidade das políticas, as DCNs avançam nos marcos referenciais atuais para a formação inicial e continuada por meio de ações mais orgânicas entre as políticas e gestão para a Educação Básica e a Educação Superior, incluindo a pós-graduação e, nesse contexto, para as políticas direcionadas à valorização dos(das) profissionais da educação. Ao definir os princípios da formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica, as DCNs (Brasil, 2024), § 2º, Art. 2º, compreendem o exercício da docência como ação educativa, a partir da condução de processos pedagógicos intencionais e metódicos, os quais baseiam-se em conhecimentos e conceitos próprios da docência e das especificidades das diferentes áreas do conhecimento, incluindo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diferentes linguagens, tecnologias, evidências científicas e inovações, permitindo maior organicidade nos projetos formativos para os(as) profissionais da educação em alinhamento com o que determina o Estatuto da Universidade Federal do Pará, ao estabelecer como fins da Universidade a formação e a qualificação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, zelando pela sua formação humanista e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida, particularmente do amazônida. As referidas DCNs avançam na redefinição, tanto do papel quanto na prática do(a) docente, ao reconhecer o espaço profissional como lócus de produção de conhecimento e o(a) educador(a), como sujeito histórico capaz de produzir novos conhecimentos, o que diretamente implica que a ação educativa é capaz de promover um processo formativo direcionado para a formação de um sujeito eticamente envolvido com as ações formativas das gerações atuais e futuras. Assim sendo, as DCNs (Brasil, 2024) consideram que profissionais do magistério da Educação Básica são os(as) que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos Sistemas de Ensino e das Unidades Escolares de Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, e que possuem a formação mínima exigida pela legislação conforme disposto na LDB nº. 9.394/96 e suas legislações posteriores. Neste contexto, os(as) profissionais do magistério da Educação Básica são aqueles(as) que exercem atividades de docência e de gestão educacional nos Sistemas de Ensino e das Unidades Escolares nas diversas etapas e modalidades (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica em nível médio, Educação Escolar Indígena, Educação do

Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância). A formação inicial para o exercício do magistério da Educação Básica em suas etapas e modalidades de ensino e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreende a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino. As atividades do magistério compreendem, ainda, a atuação e participação na organização e gestão de Sistemas de Educação Básica e as instituições de ensino considerando o planejamento, a coordenação e a avaliação de projetos, do ensino e das dinâmicas pedagógicas. Estes (Estas) profissionais devem possuir a formação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo o gradiente da valorização de professores/as a oferta articulada entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Aos sistemas de ensino e às instituições competem a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos(das) profissionais do magistério da Educação Básica, em consonância com o disposto na BNCC e nas diretrizes de formação, da Instituição de Educação Superior em articulação com os Sistemas e Redes de Ensino de Educação Básica. Visualizando este movimento de mudanças, a FAECS iniciou um processo de reorientação curricular com a intenção de atualizá-lo, atendendo às novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Os avanços na reorientação do Curso partem da consideração de que as mudanças e seus efeitos afetam a formação para o exercício da docência na Educação Básica, considerando o ensino e a gestão educacional, os processos educativos escolares e não escolares. Este PCC busca destacar a necessidade de uma noção de conhecimento e de ensino como basilares para o desenvolvimento do projeto de educação para a micro região e para a Amazônia, sempre em sintonia com as políticas públicas e educacionais do País; a articulação entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico ao exercício do(da) profissional do magistério e da prática educativa; a docência e a gestão como ações educativas intencionais e metódicas; a existência de diferentes processos educativos, sempre mediados pelo trabalho coletivo; a educação em e para os direitos humanos como um direito fundamental e que sua efetivação fortalece a democracia, sendo uma necessidade estratégica na formação dos(das) profissionais do magistério. Orientado por arcabouço jurídico que define a formação do(da) profissional da educação, o PPC de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba se alinha ao que propõe o Art. 4º da Resolução n. 4.399 de 14 de maio de 2013, que aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará, ao destacar que os Cursos obedecerão a princípios metodológicos que, admitindo a diversidade de meios, promovam a integração com a pesquisa e a extensão, e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis do processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva da relação

entre docente, discente e conhecimento. Para tanto, este PPC se propõem a articular, em consonância com a Resolução nº. 3.186 de 28 de junho de 2004 que Institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará, em seu Art. 6º, ao incentivar currículos integrados, podendo compor-se de eixos temáticos ou núcleos, organizados a partir de temas, ideias, conceitos, relações conceituais, problemas e outros que proporcionem a articulação e a integração de diferentes atividades curriculares, vinculadas aos campos do conhecimento e às exigências sociais e profissionais de cada curso. Essa organização didático-pedagógica permitirá que práticas inovadoras provoquem nos(nas) estudantes atitudes investigativas e instigadoras na busca pelo conhecimento socialmente construído e seus processos de atualização social nos diversos contextos, a fim de que o(a) profissional em formação possua a possibilidade de transformar estes conhecimentos, ainda se encontrando em processos formativos, o que poderá acontecer à medida que os cursos primem pela associação entre teorias e práticas pedagógicas, mediante o desenvolvimento de atividades práticas, orientadas a partir das realidades educacionais em que o(a) futuro(a) profissional atuará e vinculadas aos diferentes componentes curriculares do Curso e ao Estágio Curricular Supervisionado (III, art.4º, DCN/2024). Experiências que poderão ser vivenciadas no contexto da Educação Básica, como locus principal de reflexão da relação teoria e prática, e a superação da dissociação entre pensamento e ação numa perspectiva interdisciplinar, visto que o caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e socialização do conhecimento, no campo das disciplinas sociais e no campo educativo, não se desenvolve no bojo de uma arbitrariedade racional e abstrata, muitas vezes vivenciadas em currículos fragmentados, mas na própria forma do homem produzir-se enquanto ser social, sujeito e objeto do conhecimento (Frigotto, 2008), o que só poderá ocorrer à medida que lhes seja assegurado(a) um processo formativo integrado e a partir da compreensão da totalidade em seu percurso formativo ético e humano. Além de visar a formação humana integral do(a) profissional da educação, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão na UFPA e a relação teoria e prática, conforme citado anteriormente, o curso de Pedagogia se propõe a adotar a avaliação como um elemento constitutivo e orientador do processo de ensino-aprendizagem, viabilizando a diversificação de estratégias metodológicas e dos instrumentos avaliativos e seu alinhamento com as políticas nacionais de avaliação do Ensino Superior, visando o estabelecimento de diagnósticos e a formulação de políticas que atendam diretamente as necessidades específicas da formação de Ensino Superior no Brasil e na Amazônia. Ao institucionalizar a formação inicial dos(das) profissionais do magistério para a Educação Básica, as DCNs afirmam que tal formação requer PPC com identidade própria, mas com articulação com os cursos de bacharelado, tecnológico ou outras

licenciaturas. Mais recentemente, para garantir as diretrizes nacionais, que organizam os cursos de formação inicial em 4 Núcleos: - Núcleo I ? Estudos de Formação Geral (EFG): composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas [...]. - Núcleo II ? Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE): composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos que serão definidos de acordo com a área da licenciatura escolhida, priorizados conforme o PPC das IES, em sintonia com os sistemas de ensino [...].

- Núcleo III ? Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE): realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares que envolvem a execução de ações de extensão nas Instituições de Educação Básica com orientação, acompanhamento e avaliação de um(a) professor(a) formador(a) da IES [...]. - Núcleo IV ? Estágio Curricular Supervisionado (ECS): componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, que deve ser realizado em Instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do(a) licenciando(a), sendo cuidadosamente planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do(a) futuro(a) professor(a); o Estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o(a) licenciando(a) possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula [...] (Brasil, 2024, p. 31-33). As DCNS de 2024 também definem que os cursos de formação inicial de profissionais do magistério para a educação escolar básica em nível superior, deverão constituir-se de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos. Assim, tomando como base as DCNS, a carga horária total do curso de Pedagogia está organizada em 3.425 horas, da seguinte forma: a) 945 (novecentas e quarenta e cinco) horas dedicadas ao Núcleo de Estudos de Formação Geral; b) 1.620 (mil seiscentos e vinte) horas dedicadas ao Núcleo de Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional; c) 345 (trezentas e quarenta e cinco) horas no Núcleo de Atividades Acadêmicas de Extensão; 445 (quatrocentas e quarenta e cinco) horas dedicadas ao Núcleo de Estágio Curricular Supervisionado. Por meio do alinhamento com as DCNs, este PPC visa a garantia dos princípios fundamentais para a formação do(a) profissional do Magistério assegurando a compreensão ampla e contextualizada da educação escolar para assegurar a

produção e difusão de conhecimentos de determinada área, além de considerar a integralidade do sujeito em formação e do próprio fenômeno educativo, articulando as dimensões científica, estética, técnica e ético-política inerentes aos processos didático-pedagógicos. Para assegurar a produção do conhecimento e uma didática inovadora, bem como a solução de problemas socioeducativos, lançaremos mão de uma metodologia inovadora. A inovação no ensino superior não exige altos investimentos em recursos didáticos e tecnológicos, contudo exige um compromisso impulsionado pela ousadia e pela iniciativa para realizar experiências novas objetivando soluções simples que aprimorem a sua qualidade. O currículo orientado pela metodologia de projetos de trabalho é capaz de despertar nos(nas) docentes e estudantes atitudes instigadoras, investigadoras e interdisciplinares. Hernández e Ventura (1997), acompanhando John Dewey, argumentam que há uma íntima relação entre vida e sociedade, entre meios e fins, entre teoria e prática. Desse modo, propõem reorganizar o currículo por projetos de trabalho, de modo que o/a professor/a assume a tarefa de pesquisador/a e o/a estudante se torna o sujeito do processo de ensino-aprendizagem. O projeto de trabalho é um elemento, um mecanismo para conhecer a realidade e produzir conhecimento que surge de uma dúvida, da constatação do desconhecido e da curiosidade. O projeto de trabalho pode ser aplicado em qualquer campo de saber na sala de aula em situações acadêmicas que exijam investigação e, mais particularmente, cabe tanto nas práticas de Estágio, quanto nas de extensão, na medida em que para Hernández e Ventura (1997), qualquer conhecimento pode ser ensinado por meio de projetos de trabalho. Os projetos de trabalho aproximam a escola básica tanto do(da) aluno(a) quanto da universidade. No primeiro caso, os(as) estudantes se envolvem e participam desde sua elaboração mapeando problemas socioeducacionais, indicando objetivos, ações, metas e limites para sua efetiva realização, comprometendo-se com a busca de soluções. No segundo, intersecciona ensino, pesquisa e extensão fundamentados na curiosidade, no trabalho coletivo e na investigação de situações pedagógicas reais. O trabalho coletivo impõe o diálogo entre o grupo de docentes da Faculdade, ainda que em meio a tensões e conflitos, considerados como um estímulo a acordos acadêmicos. Conforme Freire, Gadotti e Guimarães (1995), o encontro, o diálogo, o debate e a tomada de decisão promovem uma explosão de ideias e de muitas pistas no processo de definição. Assim, esse já é um momento de vivência interdisciplinar, em se considerando a literatura pertinente sobre a temática como Fazenda (2005), referência nesse debate no País, e destaca que o conceito de didática interdisciplinar é paradoxal, exigindo uma sólida formação interdisciplinar do grupo de docentes. Tal formação interdisciplinar é urgente para que seja possível abandonar posições acadêmicas que freiam a abertura, a intuição e a curiosidade no

contexto das práticas acadêmicas rotineiras, impedindo a busca de soluções para enfrentar os problemas existentes. Sintetizando, grosso modo, seu argumento é de que a prática docente interdisciplinar é uma questão de atitude docente. Porém, Veiga-Neto (1997) critica duramente esta abordagem voluntarista e, no limite ingênua, em razão de ignorar a força da organização epistêmica moderna em um rol de disciplinas fechadas e rígidas, situação não problematizada, pois as disciplinas são consideradas verdades absolutas e inarredáveis. Assim, ações acadêmicas capazes de impedir a fragmentação e a pulverização dos conhecimentos podem parecer mero ativismo ou voluntarismo, caso a episteme moderna não seja questionada. Contudo, acreditamos que por meio da metodologia de projetos de trabalho, promoveremos, ainda que minimamente, a intersecção entre os múltiplos campos de saber, mobilizando docentes e discentes na elaboração coletiva de projetos de trabalho, os quais reafirmamos como o eixo das ações curriculares na FAECS.

OBJETIVOS DO CURSO

? O objetivo geral é Formar Pedagogo(a) para o exercício da docência e para o trabalho pedagógico, no ambiente escolar e não escolar (formal e informal), garantindo os direitos de aprendizagem, o desenvolvimento dos(das) estudantes, a gestão democrática, a avaliação institucional, de modo a contribuir com melhoria da qualidade social da Educação Básica e com o desenvolvimento socioeconômico da região do Baixo Tocantins. ? Objetivos específicos: ? Formar Pedagogas e Pedagogos para o exercício da docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão Educacional em espaços escolares e não escolares nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, comprometidas e comprometidos com um projeto social, político e ético que contribua para o processo de emancipação social dos sujeitos, com vistas a uma educação democrática de qualidade; ? Promover a formação inicial e continuada por meio da articulação entre a UFPA e o Sistema de Educação Básica, envolvendo a consolidação de fóruns municipais permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração; ? Promover formação teórico-prática que contemple conhecimentos necessários à prática docente em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; ? Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos no campo da Gestão Educacional com vistas à atuação, elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais; ? Integrar ensino, pesquisa e extensão como eixos formativos essenciais para a produção e difusão de

conhecimentos no campo educacional; ? Promover o conhecimento das políticas educacionais nacionais e internacionais, bem como discussões teóricas com vistas à educação inclusiva, à diversidade e à cidadania; ? Promover formação inicial e continuada ancorada em informações e habilidades múltiplas para o exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética; ? Promover cursos de formação inicial e continuada considerando múltiplos contextos socioculturais como a Educação Escolar Indígena, a Educação Escolar do Campo e a Educação Escolar Quilombola e a afirmação e manutenção da diversidade étnico-cultural, da dimensão socioambiental e dos direitos humanos; ? Considerar a complexidade e multirreferencialidade da formação para o exercício integrado e indissociável da docência na Educação Básica, incluindo o ensino e a Gestão Educacional dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional. ? Aproximar os vários campos de saber do Curso ? conhecimentos ocidentais e locais, ribeirinhos e quilombolas ?, possibilitando uma formação pautada no trabalho participativo-coletivo e interdisciplinar; ? Assegurar a produção e a difusão de conhecimentos do campo educacional e sua participação na elaboração e implementação da proposta pedagógica das instituições de Educação Básica, considerando as particularidades do Baixo Tocantins. Tais objetivos estão alinhados ao contexto educacional/acadêmico do Campus Universitário de Abaetetuba e da Universidade Federal do Pará, bem como à estrutura curricular e ao perfil profissional da\o egressa\o que atuará na docência e na gestão da escola básica na microrregião do Baixo Tocantins, na medida em que Abaetetuba, é uma ?cidade da floresta? (Trindade Jr., 2013) com características ribeirinhas, o que inclui aspectos econômicos e culturais ? costumes e tradições. Porém, a cidade apresenta marcas do mundo globalizado, como acesso à rede mundial de computadores, às diversas mídias e adentram, lentamente, em empresas que demandam as novas exigências do mundo do trabalho como trabalho flexível e a solução de problemas em equipe.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Atuar, a partir de uma perspectiva inclusiva, na docência na Educação Básica (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, EJA ? Etapas Iniciais, Educação do Campo ? Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e nas Modalidades de Ensino; na Gestão e Coordenação de processos educacionais em Unidades e Sistemas Educacionais; na Gestão e

Coordenação de processos educacionais em Ambientes não escolares, garantindo, com sua atuação profissional, a disseminação de conhecimentos na área educacional e sua participação na elaboração e execução da proposta pedagógica das instituições de Educação Básica, levando em consideração as especificidades do Baixo Tocantins; atuar acionando os diversos campos de conhecimento do Curso de modo integrado, recorrendo em sua prática aos saberes ocidentais e tradicionais, especificamente, os relacionados com as culturas ribeirinhas e quilombolas; assumir uma postura, em sua prática profissional, condizente as tecnologias existentes no novo mundo do trabalho, com flexibilidade e capacidade de resolver problemas coletivamente. Os princípios aqui adotados no perfil do profissional do(a) egresso(a) estão condizentes com os objetivos do curso e seguem direcionados para o desenvolvimento da visão crítica, da capacidade investigativa e do rigor teórico-científico deste(desta) profissional. Assim, a construção dos conhecimentos pelos(pelas) discentes ao final do Curso, bem como a aquisição das habilidades relacionadas ao perfil do(da) egresso(a) e as DCNs do curso de Pedagogia, foram tomadas como base para a escolha dos componentes curriculares e de suas ementas e referências bibliográficas, de tal modo que possam ser concretizadas por meio da Estrutura Curricular. É por esta razão que os temas Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico-raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e com a inclusão da Pessoa com Deficiência ou Transtorno foram todos devidamente contemplados na Estrutura Curricular, dado o comprometimento com a formação de um(a) profissional que esteja sensível e habilitado(a) para lidar com estas questões nos espaços formativos onde venha atuar e pelo próprio reconhecimento da relevância e urgência desses temas para a formação social e cidadã dos(as) estudantes do curso de Pedagogia. Como não poderia deixar de ser, os conteúdos dos componentes curriculares também serão articulados com a Pesquisa e Extensão, pelo viés da interdisciplinaridade, primando pela flexibilidade acadêmica e pelo fortalecimento da integração entre teoria e prática.

COMPETÊNCIAS

A construção de competências concernentes ao(à) Pedagogo(a) se consolida pelo acúmulo das experiências formativas que permitem o desenvolvimento de uma dinâmica curricular voltada ao exercício da autonomia e da criatividade, definidas ao longo do percurso acadêmico. Nesse sentido, é relevante um processo formativo que busque referenciais e a

complementaridade entre teoria e prática e uma efetiva práxis educativa na perspectiva de considerar um conjunto de habilidades demandadas pela nova concepção do(da) profissional da educação no Brasil e no mundo, mas considerando as peculiaridades da microrregião do Baixo Tocantins, com cidades ribeirinhas, ilhas, estradas e comunidades diversas. Ao(À) Pedagogo(a) são requeridos conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de direcionar os diversos contextos educativos pertinentes à sua área de atuação, conviver com a diversidade, lidar de forma crítica e criativa com o fenômeno educativo, com as tecnologias contemporâneas, ter iniciativa para resolver problemas, capacidade para tomar decisões, ser autônomo(a), estar em sintonia com a realidade contemporânea, ter responsabilidade social, atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, democrática e cidadã. Sendo assim, é imprescindível que o Currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, proporcione aos(às) egressos(as) uma formação acadêmica alinhada com os princípios da UFPA e das DCNs (Brasil, 2024), e são elas: o(a) Pedagogo(a) a ser formado(a) será, portanto, um(a) educador(a) em sentido amplo, e não deve restringir-se às questões técnicas de uma profissionalização estreita. Sua formação suporá ?um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética? (Brasil, 2006). Pelo exposto, será fundamental integrar as preocupações com a formação de um(a) professor(a) que possa também exercer funções de administrador(a), orientador(a) e supervisor(a), minimizando o efeito indesejável das fragmentações dos currículos anteriores do Curso de Pedagogia. Nesse sentido, o seu campo de atuação profissional amplia-se para as seguintes áreas: ? Docência: a) Atuar como professor(a) de Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. ? Gestão Educacional: a) Diretor(a) e Vice Diretor(a) nas diferentes Unidades de Educação Básica de sistemas ou redes de ensino (incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) na cidade e no campo; b) Coordenador pedagógico nos diferentes níveis, etapas e modalidades da Educação Básica; c) Profissional de planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação educacional; - ? Assessoria e Atividade especializada: a) Assessor(a) pedagógico(a) para assuntos educacionais nos mais diversos setores da sociedade civil; b) Especialista em áreas de serviço e apoio educacional e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos; c) Especialista em planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares; d) Especialista em produção, pesquisa e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não

escolares. Conforme a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, Art. 10, ao final do curso de formação inicial em nível superior, o(a) egresso(a) deverá estar apto(a) a:

- 1 - demonstrar conhecimento e compreensão da organização epistemológica dos conceitos, da estrutura das áreas e dos componentes curriculares, bem como compreender os marcos legais da organização curricular de cada uma das etapas e modalidades da Educação Básica;
- 2 - reconhecer os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua e, também os contextos de vidas dos(das): estudantes, identificando questões e problemas socioculturais e educacionais para contribuir com a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- 3 - demonstrar conhecimento sobre diferentes formas de apresentar os conteúdos dos componentes e das áreas curriculares para os quais está habilitado à docência;
- 4 - aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos(das) estudantes em geral e aqueles(aquelas) que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, em particular;
- 5 - estruturar ações pedagógicas e ambientes educativos que promovam a aprendizagem dos(das) estudantes a respeito das relações étnico-raciais, das múltiplas formas de participação e atuação das mulheres na sociedade brasileira, bem como a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra a mulher;
- 6 - construir ambientes de aprendizagens que incentivem os(as) estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, e colaborar para uma sociedade em permanente mudança;
- 7 - planejar suas aulas relacionando tempo-espaço-objetos do conhecimento, considerando as diferenças entre os(as) estudantes e os diferentes contextos de atuação dos(das) profissionais;
- 8 - recontextualizar a linguagem dos meios de comunicação nos processos didático-pedagógicos para o desenvolvimento da aprendizagem;
- 9 - conhecer e utilizar os diferentes tipos de avaliação da aprendizagem, de modo a garantir que as dificuldades sejam superadas por meio de sua atuação docente em sala de aula;
- 10 - manter a interação com as famílias para estabelecer parcerias com a Instituição de Educação Básica, favorecendo a aprendizagem dos(das) estudantes;
- 11 - dominar conhecimentos relativos à gestão das escolas de Educação Básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica;
- 12 - demonstrar conhecimento e colaborar com o desenvolvimento de pesquisas científicas no campo educacional, refletindo sobre sua própria prática docente.

ESTRUTURA CURRICULAR

A complexidade da Amazônia paraense e da Educação escolar pública ofertada na Região, exige um currículo de formação de professores/as singular que se contraponha a homogeneização cultural da educação e se pautar na articulação entre interioridade e exterioridade, na associação entre o conhecimento e o sujeito que conhece, na visão da ação docente como a expressão de uma relação interior, pode-se refletir mais profundamente sobre aspectos que devem marcá-la? (Moreira, 2021, p. 39). É preciso compreender que a Amazônia longe de ser homogênea, é uma região extremamente complexa e diversificada. Contrasta com a visão externa à região, homogeneizadora, que a vê como Natureza, como Floresta, como atrasada, como Reserva de Recursos, como Futuro do Brasil, como o presente vivo, em seus diferentes contextos socioculturais específicos por populações que forjaram seu patrimônio de conhecimento na convivência com os mais diferentes ecossistemas (Porto-Gonçalves, 2015, p. 9). A construção das Diretrizes Curriculares do Curso Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais foi pautada nessa complexidade da Amazônia para se embasar na concepção de educação como uma forma de intervenção no mundo?, como um processo permanente?, pois especificamente humana a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como professor, uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente? (Freire 2009, p. 36). Isso significa que o Curso de Pedagogia está implicado duplamente com a educação, pois é um Curso de Graduação em Nível Superior que tem como propósito agenciar para a formação inicial para a docência. O Currículo, assim como o conhecimento, ganha novo sentido no pensamento curricular brasileiro a partir das transformações sociais, econômicas e culturais. As Diretrizes Curriculares do Curso Pedagogia foram construídas com base em fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos embasados nas teorias críticas e pós-críticas de currículo, por meio de suas afinidades eletivas?, conjugando alguns elementos que se atravessam, sobretudo para questionar as teorias e práticas curriculares tradicionais que ainda permeiam a educação brasileira. Desse modo, fundamenta-se o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia na concepção crítica de currículo, que conforme Moreira (2021, p. 44), deve propiciar uma maior compreensão do significado e dos rumos das disciplinas escolares e dos temas interdisciplinares, explicitando suas relações com o indivíduo, com a sociedade e com a história?. Essa teoria pode facilitar a íntima associação entre o conhecimento e o sujeito que o aprende e o ensina, pretensão, sem dúvida, pertinente na formação de professores? (Moreira, 2021, p. 44). Da perspectiva pós-crítica buscamos fundamentação na concepção de currículo como um artefato cultural que produz e organiza identidades culturais, de gênero,

identidades raciais, sexuais. Dessa perspectiva, o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimento. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz? (Silva, 2005, p. 27). Dessa forma, precisa ser construído considerando questões como: ?identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade e multiculturalismo? (Silva, 2005, p. 17). Nas teorizações e práticas do currículo, as concepções pós-críticas não buscam superar a teoria crítica, mas devem: [...] se combinar com a teoria crítica para nos ajudar a compreender os processos pelos quais, através de relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos. Ambas nos ensinaram, de diferentes formas, que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder (Silva, 2005, p. 147). Os fundamentos epistemológicos, éticos e didático-pedagógicos embasados nas teorias críticas e pós-críticas de currículo orientam a construção do PPC do Curso de Pedagogia, bem como a teorização de currículo na formação docente construída no Curso de Pedagogia, considerando a necessária relação entre currículo e avaliação. Nesse sentido, para essa concepção de currículo, ?a formação do docente é concebida como um engajamento prospectivo e como a prática de um estudo autorreflexivo e interdisciplinar, frequentemente localizado nas intersecções do eu e da sociedade, do local e do global, das disciplinas escolares e da vida cotidiana (Moreira, 2021, p. 44). Esse modo de significar a formação docente contribui com o desenvolvimento do(da) docente, da autonomia intelectual, da autorreflexão e da cultura interdisciplinar, bem como a valorização das relações mutáveis e complexas entre a formação docente e o conhecimento escolar, entendidos ambos sob uma ótica humanista (Moreira, 2021). A partir dessa compreensão de currículo assumimos uma concepção de avaliação que não se separa do processo de construção do conhecimento, sendo uma prática indissociável do ensino, devendo ser contínua durante todo o processo de ensino-aprendizagem. Conforme Freire (2009, p.?), ?Os sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores [...] [devem] resistir aos métodos silenciadores com que ela vem sendo às vezes realizada. A questão que se coloca a nós é lutar em favor da compreensão e da prática da avaliação enquanto instrumento de apreciação do que fazer de sujeitos críticos a serviço, por isso mesmo, da libertação e não da domesticação. Avaliação em que se estimule o falar a como caminho do falar com?. ?Falar com? constitui um processo educativo democrático, dialógico e crítico, aberto à multiplicidade e à diferença que nos constitui como sujeitos. Nessa perspectiva de avaliação, a qualidade que se busca é a social, da formação de sujeitos, futuros/as docentes com base em princípios ético-políticos, estéticos. Para Luckesi (2018, p. 117), ?A avaliação é a parceira constante a nos sinalizar a

qualidade de tudo aquilo que nos envolve, interna e externamente e, como consequência, nos subsidia a tomar decisões com o objetivo de obter resultados bem-sucedidos na ação do ensino?. Visando contemplar as normativas curriculares nacionais para o currículo do Curso de Pedagogia (Brasil, 2024) e atendendo aos princípios e às concepções já expostos nesta seção, apresenta-se a seguinte estrutura curricular: o Curso terá duração mínima de 8 semestres (4 anos) para os turnos matutino e vespertino e 10 semestres (5 anos) para o turno noturno, compreendendo componentes curriculares obrigatórios que atendem ao Núcleo 1 - Estudos de Formação Geral (EFG) que correspondem a 945 horas; ao Núcleo 2 - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das Áreas de Atuação Profissional (ACCE) que correspondem a 1.620 horas; ao Núcleo 4 - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) com os componentes de Atividades de Extensão 1, Atividades de Extensão 2, Atividades de Extensão 3 e Atividades de Extensão 4, somando 345 horas e ao Núcleo 4 - Estágio Curricular Supervisionado (ECS) com a carga horária de 445 horas. A somatória de todos os componentes curriculares totaliza 3.425 horas. No Núcleo EFG estão os componentes que permitirão aos(as) alunos(as) o acesso aos conhecimentos gerais e de fundamentos teórico-conceituais. No Núcleo ACCE estão os componentes relacionados aos conhecimentos específicos necessários para a futura atuação profissional. Tanto os componentes como as atividades acadêmicas, em geral, contemplam as DCNs e incluem os temas voltados para os Direitos Humanos, à Educação Ambiental e à Cultura Afrobrasileira, Relações étnico-raciais e Indígenas. Destacamos que estes conhecimentos se materializam tanto no formato de componente curricular, como também transversalizam as ementas de outros componentes, pois consideramos urgente e fundante a necessidade de fortalecer o perfil de aluno(a) e futuro(a) profissional que esteja concatenado(a) com as questões da atualidade, que interferem diretamente nos espaços educativos onde irá atuar. Os princípios adotados para a composição e disposição dos componentes nos períodos letivos não atende à ideia de pré-requisito, antes, realizamos a organização tomando como base a articulação entre eles no âmbito do fortalecimento da relação entre teoria e prática, do vínculo com a pesquisa e extensão, e da flexibilidade acadêmica. Os componentes que possuem carga horária de Extensão foram alocados em períodos não coincidentes com os períodos em que ocorrem as atividades de Estágio, para não sobrecarregar o fluxo e os espaços escolares que recebem os(as) licenciandos(as) que pertencem não apenas ao curso de Pedagogia.

METODOLOGIA

Um dos princípios norteadores do desenvolvimento do Curso, em termos de Metodologia, será o trabalho coletivo e, para isso, é intenção realizar um trabalho acadêmico, científico, didático e pedagógico, articulado e interdisciplinar, resultante de reuniões de avaliação e planejamento conjunto do processo de ensino a ser adotado a cada início e final dos períodos letivos ou sempre que necessário. As atividades curriculares serão ministradas em uma abordagem teórico-prática subsidiadas por discussões temáticas, práticas integradas, iniciação à pesquisa, vivências profissionais complementares, estágios, projetos, eventos, prestações de serviços que desenvolvam as competências e habilidades que se requer do(a) egresso(a). A iniciação científica e as atividades de extensão serão viabilizadas de forma direta, por meio de participação em projetos e atividades, ou indireta, através de seminários temáticos, ultrapassando a ideia de formação restrita à sala de aula. Este procedimento, que favorece o desenvolvimento de atitudes críticas e a postura de autonomia na construção do conhecimento, ocorrerá de forma interdisciplinar por meio das atividades curriculares que integram o Curso. A interdisciplinaridade ocorrerá através da metodologia de organização curricular por temas transversalizantes e projetos de trabalho. Essa metodologia que propicia a dinâmica curricular e aos princípios fundadores da Universidade no contexto amazônico, principalmente, no que se refere à ideia de uma universidade em rede poderá contribuir para atender as diversidades a que estão inseridos(as) alunos(as) e professores(as). Trata-se da integração teoria-prática na qual a teoria explica a realidade e possibilita a reconstrução da teoria de forma integrada e contextualizada. Os projetos de pesquisa (PIBIC e PIVIC), de docência (PIBID) e de extensão (PROEX) do Curso de Pedagogia, compõem as atividades integradoras, propiciam o alargamento dos espaços formativos em virtude da inserção dos(as) alunos(as) nas atividades de iniciação científica e nas atividades de extensão. Para validação dessas atividades sob a coordenação dos(das) docentes é obrigatória a aprovação, pelo Conselho da Faculdade, de um plano de estudos individual ou por grupo de alunos(as) e sua automática orientação pelo(a) docente designado(a). Os projetos aprovados pelos órgãos competentes da UFPA dispensam a aprovação pelo Conselho da FAECS/Abetetuba que apenas será informada. As atividades de pesquisa poderão ser articuladas às disciplinas dos Núcleos para efeitos didáticos e, ainda, outros espaços que se somam à formação como os eventos científico-culturais. A participação em Grupos Pesquisa e de Estudos, em desenvolvimento ou a serem criados, quer vinculados à Faculdade de Educação ou não, serão aceitos como parte dos procedimentos formativos, considerando temáticas sobre questões socioeconômicas, ambientais, educacionais e culturais da sociedade local e nacional cujo foco é a educação. Como canal de comunicação com os(as) alunos(as) durante a execução dos componentes curriculares, utilizaremos os recursos de comunicação

disponibilizados pelo SIGAA, serviços on-line ofertados pela empresa Google, tais como o Google Class, aplicativos de mensagens instantâneas, tais como WhatsApp, entre outros. A acolhida de alunos(as) ingressantes no Curso se dará através da realização da Semana dos Calouros, com atividades específicas realizadas pelo Curso de Pedagogia, tais como rodas de conversa, exposições, apresentação de vídeos, programação cultural. As temáticas relativas aos Direitos Humanos, às questões Étnico-raciais e à Educação Ambiental serão atendidas através de componentes curriculares específicos, assim como no corpo das ementas, sejam eles: Educação, Direitos Humanos e Meio Ambiente; Abordagens Teórico- Metodológicas do Ensino Religioso; Educação, Cultura e Relações Étnico-raciais, Afro-brasileira e Indígena; Educação Escolar do Campo, Indígena e Quilombola e História da Educação Brasileira e da Amazônia. Como espaço relevante para tornar as aulas mais enriquecedoras, temos o Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPED), onde o docente aplicará sua criatividade no uso de recursos didáticos, para a melhor compreensão dos conteúdos trabalhados nas disciplinas e para propor junto aos(as) alunos(as) a construção de práticas de ensino inovadoras. Em relação ao público-alvo da Educação Especial, adotaremos as seguintes ações visando qualificar o ensino e aprendizagem dos(das) alunos(as).

- ? Acessibilidade organizacional: adoção de práticas que considerem os espaços, tempos e necessidades específicas dos(das) alunos(as) PCD;
- ? Acessibilidade didático-metodológica: personalização do ensino que envolve a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado (PEI), apresentando a identificação das necessidades específicas dos(das) alunos(as), os conhecimentos prévios, as possíveis revisões e aula, uso dos materiais específicos de ensino de acordo com a deficiência, as metodologias de avaliação adaptada e as intervenções a serem realizadas;
- ? Acessibilidade tecnológica: uso da tecnologia assistiva de alto custo disponibilizada pela instituição e uso de tecnologia de baixo custo confeccionada pelo(a) próprio(a) docente;
- ? Acessibilidade atitudinal: fomentar o uso de metodologias que criem um ambiente de cooperação e livre de práticas que estimulem o capacitismo;
- ? Acessibilidade arquitetônica: revitalizar e criar, onde ainda for necessário, rampas, elevadores e banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, etc.
- ? Acessibilidade comunicacional: recorrer ao auxílio de intérprete e tradutor(a) de Libras, e uso de assistentes virtuais, legendas em vídeos, entre outros;
- ? Acessibilidade informacional: garantir que os(as) alunos(as) com deficiência possam participar plenamente de atividades, incluindo o uso de produtos, serviços e acesso à informações, promover a inclusão, removendo barreiras e proporcionando condições equitativas para que todos(as) possam usufruir das mesmas oportunidades e experiências, independentemente de suas limitações;
- ? Acessibilidade instrumental: desenvolver ações que colaborem para a superação de barreiras presentes em

utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo na Universidade, bem como em atividades profissionais, recreativas e de lazer. Por exemplo, no caso de uma pessoa cega, permitir que ela possa utilizar um software de leitor de tela em um computador, garantindo sua autonomia e participação plena. A ideia é adaptar e tornar os recursos acessíveis, possibilitando que todos(as), independentemente de suas limitações, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e interação. ? Acessibilidade programática: realizar ações voltadas à eliminação de barreiras institucionais invisíveis presentes em leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros, e realização de atividades voltadas à sensibilização, conscientização, informação, conhecimento e aplicação dos dispositivos legais e políticas públicas relacionadas à inclusão. No caso específico de alunos(as) com Transtornos Globais do Neurodesenvolvimento (Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, Transtorno Específico da Aprendizagem, Transtorno Opositor-Desafiador, Transtorno do Processamento Auditivo Central, entre outros mais raros), além das ações inclusivas já mencionadas, a FAECS, por meio de seus(suas) docentes e gestores(as), dará todas as orientações e fará os encaminhamentos necessários para os programas de apoio psicossocial e terapêutico que a UFPA disponibiliza, de tal modo que este(esta) aluno(a), tendo garantido todo o apoio pedagógico, possa também usufruir de acompanhamento multidisciplinar, contribuindo para a permanência e aprendizagem exitosa no Curso. Faz parte da metodologia de trabalho docente desenvolvido na FAECS, os programas do MEC aos quais a UFPA aderiu, tais como: o Programa de Educação Tutorial (PET); o Programa de Iniciação à Docência (PIBID); além daqueles de Editais Internos como o Programa de Monitoria; Programa de Tutoria; entre outros, que visam fortalecer a integração ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação integral que proporciona aos(as) alunos(as) uma compreensão ampla e aprofundada de sua área de estudo. O Curso primará pela adoção de metodologias que ultrapassem aulas expositivas e que favoreçam maior dialogicidade entre alunos(as) e professores(as). Isso será facilitado por conta da adoção da metodologia de Projetos de Trabalho, que não só favorece a interdisciplinaridade como também a articulação entre teoria e prática, e a prática de um currículo mais flexível e articulado à realidade dos(das) discentes. A metodologia de acolhida dos(das) calouros(as) do Curso se dará através de atividades tais como: Semana do Calouro realizada através de seminários, palestras, roda de conversa, oficinas; Atividades de Apadrinhamento de Calouros(as) que deverão estimular a integração social e acadêmica entre os(as) alunos(as) que já são veteranos(as) e os(as) recém-chegados(as), de tal modo que tirem suas dúvidas, entendam o funcionamento de seu Curso e da Instituição como um todo; Tour de Integração dos(das) Calouros(as). Além disso, pretendemos criar Grupos de Acolhimentos para a promoção de vivências, trajetórias e

fortalecimento entre os(as) acadêmicos(as); Pocket Shows; Feira de exposição de projetos de pesquisa, extensão e iniciação à docência em vigor na Faculdade; Karaokê Acústico; Roda de Conversa com a Direção da Faculdade; ?Rito de Passagem? ? Trote Humano que poderá se constituir num conjunto de atividades de natureza acadêmica, científica, artística, cultural, esportiva e/ou recreativa, compatíveis com o ambiente universitário e a critério de seus(suas) organizadores(as), evidentemente, não serão permitidas quaisquer manifestações que possam causar constrangimento ou transtornos físicos ou morais aos(às) calouros(as).

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A prática se insere na formação para a docência no curso de Pedagogia como processo de construção e aprofundamento de saberes profissionais e, desse modo, constituem-se em espaços de aprendizagem e objeto de investigação na formação de futuros(as) Pedagogos(as). Tal dimensão da formação docente precisa por, progressivamente, os(as) licenciandos(as) a se confrontar, aprender, refletir e colocar-se no fazer pedagógico do trabalho docente nos espaços educativos onde as práticas de ensino-aprendizagem se desenvolvem. Assim, tornam-se parte do lócus de pesquisa, de extensão e de ensino do/a futuro/a Pedagogo/a, uma vez que oportunizam a interlocução com os sujeitos envolvidos com a escola, com os(as) estudantes, com os(as) demais profissionais de educação, sem contar o envolvimento com as ações próprias da sala de aula e demais ambientes educativos, bem como o aprendizado e percepções dos saberes produzidos nesses contextos. A prática como componente do percurso formativo é entendida abarcando a indissociabilidade teoria e prática, que permita um permanente diálogo, construção, elaboração e ressignificação dos elementos teóricos, bem como das experiências advindas da prática. Como componente constitutivo do decorrer do Curso, precisa estar presente nos diferentes contextos educativos e, em projetos específicos e articulados, produzindo intervenções/reflexões no âmbito do ensino. A prática como atividade sinaliza para um conjunto de atividades que proporcionam aprofundamentos de saberes, metodologias e didáticas com vistas a uma sólida docência pedagógica, isto é, o arcabouço da Pedagogia para o exercício docente na Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais), gestão e coordenação de processos educativos em ambientes escolares e não escolares. Nesse sentido, tal dimensão precisa ser geradora de interlocuções nas atividades curriculares em diferentes espaços, formas metodológicas e acadêmicas, bem como posturas dialógicas e integrativas, logo são providenciais seminários integradores, relatos de experiências entre acadêmicos(as), docentes da IES e da escola

básica, vivências de prática educativa, entre outras formas.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular na Faculdade de Educação e Ciências Sociais é conduzido pela Coordenação de Estágio com o(a) Docente Orientador(a) de Estágio e a Instituição concedente. Está regulamentado pela Instrução Normativa n. 01\2024 (BRASIL, 2024), contendo as normas específicas para a sua orientação, tendo sido aprovado pelo Conselho Deliberativo do Curso de Pedagogia, com a anuência do NDE e do Conselho Deliberativo do Campus Universitário de Abaetetuba. Essa IN acompanha as demais Resoluções e Instruções Normativas vigentes sobre o tema. De acordo com a Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015, em seu Art. 14, I VI, § 4º - O Estágio Curricular Supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica, intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. Assim, se insere na formação para a docência no curso de Pedagogia como processo de construção e aprofundamento de saberes profissionais e, desse modo, constituem-se em espaços de aprendizagem e objeto de investigação na formação de futuros(as) pedagogos(as). Tais componentes da formação docente precisam pôr, progressivamente, os(as) licenciandos(as) a se confrontar, aprender, refletir e colocar-se no fazer pedagógico do trabalho docente nos espaços educativos onde as práticas de ensino-aprendizagem se desenvolvem. Assim, tornam-se parte do lócus de pesquisa, de extensão e de ensino do/a futuro/a Pedagogo/a, uma vez que oportunizam a interlocução com os sujeitos envolvidos com a escola, com os(as) estudantes, com os(as) demais profissionais de educação, sem contar o envolvimento com as ações próprias da sala de aula e demais ambientes educativos, bem como o aprendizado e percepções dos saberes produzidos nesses contextos. O Estágio como componente do percurso formativo é entendido abarcando a indissociabilidade teoria e prática, que permita um permanente diálogo, construção, elaboração e ressignificação dos elementos teóricos, bem como das experiências advindas da prática. Como componentes constitutivos do decorrer do Curso, precisam estar presentes nos diferentes contextos educativos, e em projetos específicos e articulados produzindo intervenções/reflexões no âmbito do ensino. As atividades de Estágio sinalizam para um conjunto de atividades que proporcionam aprofundamentos de saberes, metodologias e didáticas com vistas a uma sólida docência pedagógica, isto é, o arcabouço da Pedagogia para o exercício docente na Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Gestão e Coordenação de processos educativos,

Sistemas e Unidades Educacionais e Educação em ambientes não escolares. O Estágio Supervisionado será realizado em componentes curriculares que tratam da articulação entre os aspectos teórico-práticos relativos à docência, à Gestão Educacional e à Coordenação Pedagógica. Assim, o Estágio é uma atividade que contempla a práxis docente e “[...] ao contrário do que se propugnava, [o Estágio] não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade?” (Pimenta; Lima, 2004, p. 43). Considerando a relação teoria-prática, os componentes curriculares que darão materialidade à práxis educativa são: Estágio na Educação Infantil (100h); Estágio na Educação Especial Escolar (100h); Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (100h); Estágio em Gestão Educacional e Coordenação do Trabalho Pedagógico em Sistemas e Unidades Educacionais (100h), Estágio na Educação em Ambientes não Escolares (45h), totalizando 445h, conforme exigido pela legislação em vigor (Brasil, 2015). Nesse sentido, tais componentes precisam ser geradores de interlocuções nas atividades curriculares em diferentes espaços, formas metodológicas e acadêmicas, bem como posturas dialógicas e integrativas, logo são bem-vindos seminários integradores, relatos de experiências entre acadêmicos(as), docentes da IES e da escola básica, vivências de prática educativa, entre outras formas. De acordo com a Resolução n.º 4.399, artigo n.º 74, o Estágio constitui-se em atividade curricular e tem por objetivo: I - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos(às) discentes em situações reais de trabalho; II - proporcionar aos(às) discentes o desenvolvimento de habilidades e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação; III - desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional (Pará, 2013). Para o curso de Pedagogia, o Estágio se constitui como atividade curricular e compõe a dimensão “pesquisa e prática pedagógica”, que deverá contemplar um corpus de conhecimento sobre a produção científica no campo educacional, cujo recorte será o trabalho pedagógico nas suas múltiplas dimensões, articulada com os vários campos de saberes que envolvem todo o processo formativo do(da) discente e a necessária compreensão do campo educacional em sua totalidade. Este Curso assume o compromisso de pautar as atividades de Estágio pela pesquisa e pela busca constante de vinculação entre os seus elementos e a ação pedagógica. Para Pimenta e Lima (2004), a pesquisa é componente essencial das práticas de Estágio, indicando novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, superando assim o seu caráter técnico e evidenciando a reflexão da prática como ponto de partida e de chegada nessa formação. Assumindo este prisma poderá contribuir para a ressignificação da relação teoria e prática na formação docente, a partir de uma dimensão investigativa que levará à produção

de análises críticas, orientado por diferentes referenciais, diferentes experiências e diferentes formas de organização da estrutura socioeconômica e cultural dos espaços escolares e as diversidades de metodologias didático-pedagógicas que envolvem este contexto. Visto que ao enfatizar a atitude investigativa cumpre-se o compromisso em possibilitar que o(a) discente em formação desenvolva seus processos formativos pesquisando, analisando, registrando e refletindo os dados a partir de sua inserção nos ambientes educativos. Trabalhar os aspectos formativos para a formação de profissionais envolve a clara tomada de posição, neste sentido, formar docentes é assumir um compromisso ético e político visando a formação de profissionais que entendam as necessidades e as mediações necessárias para a realização de uma educação escolar de qualidade para todos e todas. Esse compromisso para o curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba justifica a escolha de espaços públicos como o foco principal para que as práticas, vivências, pesquisas, intervenções e produções científicas, desenvolvidas a partir do Estágio Supervisionado obrigatório, busquem o fortalecimento nas relações entre a Universidade e as redes de ensino públicas na integração dos conhecimentos e das experiências vividas por seus sujeitos. As atividades serão realizadas a partir do primeiro período letivo e terão como lócus instituições públicas escolares e não-escolares, em sistemas educacionais públicos; serão orientadas por docente do curso de Pedagogia e realizadas sob supervisão concomitante da Coordenação de Estágio do referido Curso e o(a) profissional responsável do lócus do Estágio. De acordo com a Resolução n.º 4.262/2012, art. 20, compete ao(à) Docente Supervisor(a), Docente Acompanhante ou Preceptor(a) de Estágio: I - orientar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Atividades do Estágio; II - avaliar o desempenho do(da) discente estagiário(a), em conformidade com o Plano de Atividades; III - encaminhar à Coordenação de Estágio os Relatórios de Atividades do(da) estagiário(a), semestral ou anualmente, conforme definido pelo Órgão Colegiado. As atribuições da Coordenação de Estágio são: Art. 19. Cada Unidade e/ou Subunidade Acadêmica terá uma Coordenação de Estágio, constituída na forma definida pelo respectivo Órgão Colegiado, à qual compete, dentre outras: I - propor estratégias de avaliação da política de Estágio do Curso ao respectivo Conselho; II - auxiliar na identificação das instituições com condições satisfatórias para a oferta de Estágio, em conformidade com o estabelecido no art. 12; III - elaborar diagnóstico das situações de Estágio interno e externo do Curso; IV - alimentar os bancos de dados mantidos e gerenciados pela CADIS/PROEG; V - analisar os relatórios de atividades de Estágio obrigatório e não obrigatório; VI - encaminhar à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), a relação dos(das) estudantes em Estágio Obrigatório, para fins de contratação do Seguro; VII - propor critérios para o aproveitamento de Estágio não obrigatório a ser apreciado pelo

Conselho da Subunidade Acadêmica, nos casos previstos no Projeto Pedagógico do Curso; VIII - estabelecer as atividades a serem desenvolvidas no Estágio não obrigatório, em conformidade com o percurso acadêmico do(da) estudante; Resolução n. 4.262 CONSEPE, de 22.3.2012 ? Anexo; IX - acompanhar e colaborar com a realização dos Planos de Atividade do(da) estagiário(a); X - acompanhar o cumprimento das cláusulas do convênio (Resolução n. 4.262, de 22 de março de 2012). As atividades de Estágio poderão ser conduzidas por um ou mais professores(as); no segundo caso, os(as) professores(as) devem elaborar projetos de investigação articulados, que poderão resultar em seminários integrados para a socialização das produções. O Colegiado do Curso emitirá Resolução específica para normatizar o funcionamento das atividades de Estágio. Não poderão ser concedidos aos(às) alunos(as) matriculados(as) nesta atividade o direito ao ?Exercício Domiciliar?, assim como o Estágio não pode ser ofertado em forma de Tutoria (Pará, 2013). Será desenvolvido como espaço de reflexão e vivência pedagógica com o objetivo de ressignificar a prática educativa dos(das) educadores(as) em processo de formação contínua. Assim, as atividades teórico-práticas bem como as de acompanhamento e pesquisa serão orientadas para a reflexão e ação inerentes ao trabalho docente reflexivo e colaborativo, oportunizando a esses(as) educadores(as) a produção de saberes da experiência a apropriação de saberes científicos produzidos historicamente no campo educativo. O Estágio representa, ainda, uma aproximação entre a universidade pública e a escola de Educação Básica de modo que se estabeleça um diálogo para propor projetos de pesquisa e intervenção que visem a ressignificação das práticas a partir de reflexões teóricas críticas. As 445 horas de Estágio Supervisionado em Docência e Gestão nos diferentes níveis e modalidades da Educação possibilitam que as atividades teórico-práticas, bem como as de acompanhamentos e pesquisas, sejam orientadas para reflexão e ação inerentes ao trabalho docente, da gestão e da coordenação pedagógica, oportunizando aos(às) estudantes a articulação conteúdo-forma assim como a integração nos processos interpretação e intervenção da/na realidade (da escola, da sala de aula, seus sujeitos e relações). A Faculdade de Educação e Ciências Sociais celebrou Termo de Compromisso com as instituições concedentes, porém, prevê celebração de convênios de concessão de Estágio obrigatório e não obrigatório, com instituições públicas e privadas, em conformidade com a legislação em vigor. A FAECS tem promovido a integração com a Rede Pública de Ensino tanto municipal quanto estadual, por meio de uma diversidade de atividades pedagógicas realizadas no ambiente da escola básica, como assessorias, oferta de cursos e palestras. O acompanhamento ao Estágio não obrigatório poderá ocorrer a qualquer momento do Curso, sem a necessidade de oferta pela FAECS, sendo de responsabilidade exclusiva do(a) aluno(a), mas deverá procurar a

Coordenação do Curso que acompanhará, dará orientações e fará assinar o Termo de Compromisso.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades Complementares são ações extracurriculares que os(as) estudantes devem realizar ao longo do Curso, com o objetivo de ampliar e diversificar sua formação acadêmica e profissional. No curso de Pedagogia, essas atividades podem incluir participação em congressos, participação na organização de eventos científicos, atuação em projetos de ação comunitária, seminários, workshops, cursos livres, estágios não obrigatórios, projetos de extensão, pesquisa científica, monitorias, visitas técnicas, atividades culturais ou esportivas, entre outras. As Atividades Complementares que não forem explicitadas no Projeto Pedagógico de Curso poderão ser computadas para efeito de integralização curricular, mediante deliberação do Conselho da Faculdade. O principal objetivo das Atividades Complementares é proporcionar ao(à) aluno(a) experiências que vão além do conteúdo curricular formal, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências variadas, como trabalho em equipe, comunicação, responsabilidade social e aprofundamento em áreas específicas de interesse. A carga horária definida neste PPC é de 10h.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Curso ? TC é uma atividade curricular obrigatória e indispensável para a obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia. Corresponde à carga horária de 60 (sessenta) horas. O Trabalho de Curso é um momento em que o\o aluno\o aplica, com orientação de um\o docente, todo o conhecimento adquirido durante seu percurso acadêmico. Considerando a Instrução Normativa n. 02\2023 (PROEG/UFPA, 2023), constituem-se modalidades de TC: artigo científico, relatório de pesquisa e\ou extensão, entre outros. O TC caracteriza-se como um trabalho científico, devendo referir-se a um dos campos do conhecimento do Curso, conforme dispõe o Art. 80 do Regulamento de Graduação da Universidade Federal do Pará, a partir da proposta do\o discente, com concordância pelo\o professor\o orientador\o, possibilitando ao\à aluno\o vivenciar um processo de reflexão, sistematização e síntese dos conhecimentos adquiridos. O\A professor\o orientador\o acompanhará o\o aluno\o durante a fase de investigação e elaboração de seu TC. Ao finalizar

a atividade de investigação, o/a discente deverá apresentar e defendê-lo publicamente em uma sessão previamente agendada com o/a orientador/a, sendo avaliado por uma banca examinadora formada por ao menos dois/duas docentes. Para orientações aos/às alunos e alunas, professores e professoras sobre a produção do TC, o Curso de Pedagogia dispõe de Instrução Normativa própria, aprovada no Conselho deliberativo da FAECS, contendo a concepção, o desenvolvimento e a apresentação, a organização das defesas, as jornadas de apresentações públicas e as formas e os instrumentos de avaliação, respeitando o disposto nos Artigos de números 79-83 do Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará. Tal Instrução Normativa será publicada no portal do Campus Universitário de Abaetetuba. Os TC serão publicados no repositório institucional da UFPA, página da Biblioteca Central, aba ?Biblioteca Digital de Monografias?.

POLÍTICA DE PESQUISA

Entre os princípios do PDI/PPI 2016-2025, do PDU 2017-20125 e das DCNs n.4 de maio de 2024, há os que estão ancorados no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e nos princípios de inclusão, todos em estreita articulação com a finalidade de promover a formação docente na interconexão teoria-prática. Compreendida como mediadora entre a realidade educacional local-regional e o conhecimento, a pesquisa contribui com a produção de conhecimento situado, como também com sólida formação teórico-metodológica especializada para dar respostas com qualidade social para a educação e a sociedade local. Além contar com uma política de publicação, na qual incentivam docentes e estudantes ao desenvolvimento de pesquisa (PRO-DOCTOR, PIBIC) e divulgação de suas produções por meio da Revista Margens Interdisciplinar (ISSN 1806 0560 ? Qualis A4), do periódico indexado quinzenal Publicação do CEPE (ISSN 1980 9476), destinado à Iniciação Científica e da publicação de livros com recursos próprios, como os informados a seguir: NASCIMENTO, Sérgio Bandeira; COSTA, Marina de Sousa; OLIVEIRA, José Ribamar Lira de (Org.). Educação na Amazônia em repertório de saberes: o Sistema de Organização Modular de Ensino. Belém: Editora Cabana, 2022. POJO, Eliana Toutoge; PEREIRA, Rosenildo da Costa; FREITAS, Maria Natalina Mendes de. Saberes das águas na Amazônia: conhecimentos tradicionais, processos educativos e culturais de ribeirinhos. São Paulo: Pontes Editores, 2021. DUARTE, Raimunda Dias; SOUSA, Deusa M.; BARSOTO, Valdir; RIBEIRO, Joyce O.S. (Org.). A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador. Porto Alegre:

Editora Fi, 2021. FALABELO, Raimundo Nonato de Oliveira et al. (Org.). Alfabetizar como construir catedrais: criança, significação, afetividade, emoções e subjetividade. Pará de Minas/MG: Virtual Books Editora, 2020. RIBEIRO, Joyce O.S.; RODRIGUES, Eliana T.; HALBMAYER, Ernest. (Org.). Identidades: novas configurações em territórios múltiplos. Curitiba: CRV, 2018. RIBEIRO, Joyce O.S.; LOBATO, Vivian da S.; SILVA, Dedival B. (Org.). Educação e Cultura: conexões teóricas, práticas e reflexivas. São Paulo: Editora Pontes, 2016.

Entre as estratégias para articular a pesquisa, o ensino e a extensão está o incentivo à criação de grupos de estudos e pesquisas; atualmente a Faculdade de Educação e Ciências Sociais conta com 12 (doze) grupos de pesquisa, cadastrados e certificados pela PROPESP/CNPQ, a saber: ? Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Educação/GEPEGE; ? Grupo de Estudos e Pesquisa Filosofia da Diferença e Educação na Contemporaneidade/DIFFERENCE; ? Grupo de Pesquisa História da Educação da Criança na Amazônia/GHECAP; ? Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais no Baixo Tocantins/GEPEBATO; ? Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Subjetividade e Sexualidade na Educação Básica/EXPERIMENTAÇÕES; ? Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Política e Gestão de Sistemas e Organizações Educacionais; ? Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem, Alfabetização, Emoções e Subjetividade/GEPLAES; ? Grupo de Estudos e Pesquisa Educação e História das Prisões na Amazônia/GEPHI; ? Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Violência nas Escolas/GEPIVI; ? Grupo de Pesquisa em Educação, Trabalho e Formação Humana/GEFOR; ? Grupo de Pesquisa e Extensão De Bubua Amazônica ? Infâncias, Territórios Rurais e Processos Educativos e Culturais; ? Grupo de Estudos de Organização e Trabalho Docente ? GESTO. Os Grupos, sob a liderança dos(das) docentes e com o apoio de discentes (bolsistas e voluntários/as), organizam atividades de estudos semanalmente ou quinzenalmente, organizam eventos científicos locais, nacionais e internacionais, bem como minicursos, oficinas, mesas-redondas e palestras durante os semestres letivos. Com a atuação comprometida destes grupos de pesquisa e com a atuação dos TEAS, a FAECS assume como compromisso político a construção de condições necessárias para que tais grupos se constituam em referência local-regional, nacional e internacional e, para tanto, tem incentivado parcerias e interlocução com instituições de pesquisa da região Norte, do Brasil e do exterior, e em muitos casos, já materializada. Em âmbito local, a FAECS é responsável pela organização, editoração e publicação dos Anais do Encontro de Estudantes de Pedagogia que está em sua oitava edição. Nos Anais, professores\as e alunos\as socializam suas pesquisas e debatem resultados com a comunidade educacional. Para materializar estas intenções, é possível indicar como ações futuras: Incentivo e apoio à qualificação de servidores(das) Docentes e

Técnicos(as) e Administrativos; incentivo à Cooperação Interinstitucional; incentivo aos(às) discentes quanto a participação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); apoio à participação em eventos nacionais-internacionais; apoio à realização de eventos acadêmicos. Além destas ações, é imperativo incentivar as mais variadas expressões da pesquisa e da experimentação no espaço acadêmico, especialmente as que estejam em consonância com os princípios da UFPA e do Campus Universitário de Abaetetuba. Do ponto de vista do currículo e dos princípios de formação inicial, a FAECS se compromete com a promoção de ações que incentivem a integração e a interdisciplinaridade entre vários campos de saber, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivências da realidade sociocultural, uma exigência da Educação Básica na direção da superação da fragmentação e isolamento dos conhecimentos. Outras ações da FAECS neste âmbito: valorizar a pesquisa como princípio pedagógico no processo de construção do conhecimento, como condição essencial ao exercício e aprimoramento do(da) profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa; valorizando a pesquisa como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do(da) profissional do magistério e da prática educativa; facilitar o acesso de docentes e discentes às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a Educação Básica; possibilitar as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação e a autonomia científica; A FAECS precisa formar seus(suas) alunos e alunas no horizonte das mudanças educacionais e sociais em andamento, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento, dilatando o campo de pesquisa, abrindo o leque de temas e problemas outros de investigação, ampliando e complexificando o referencial teórico-metodológico, o que permitirá aprofundar a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica. Em relação aos(às) estudantes, a formação precisa orientá-los(las) a identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras. Os(As) alunos/as precisam realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre sua própria realidade sociocultural, sobre os múltiplos processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros; além disso, é imperativo que utilizem instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Política de Extensão da Universidade Federal do Pará está em articulação com o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEXT) e assume-a enquanto atividade acadêmica responsável pela articulação do ensino e da pesquisa, assim como pela relação entre a própria Universidade e a Sociedade. Visa a integração das matrizes curriculares e a organização da pesquisa como um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que permita a inserção e ação transformadora da UFPA, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, visando o desenvolvimento regional e suas ações de melhoria para a qualidade de vida da sociedade amazônica. O curso de Pedagogia tem como pressupostos a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como componentes essenciais à formação dos(das) graduandos(as), sua formação para o exercício da docência e para o trabalho pedagógico. Este PPC, em consonância com a Política de Extensão da Universidade Federal do Pará e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2024), assume a extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento dos(das) profissionais do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa, primando pela inserção da dimensão acadêmica da extensão, na formação dos(das) discentes e na construção do conhecimento. A partir das DNCs (2024), os cursos de formação inicial terão um Núcleo denominado de Atividades Acadêmicas de Extensão ? AAE, que estabelece que a Extensão será realizada na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações nas Instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um(uma) professor(a) formador(a) da IES. Tem-se determinado, por meio das DCNs (2024) que a Extensão deve compor, no mínimo, 10% da carga horária total do curso. Neste PPC a carga horária será de 345 horas e será desenvolvida nas Instituições de Educação Básica, lócus formativo do(da) licenciando(a), permitindo assim, a articulação entre teoria e prática no processo de formação dos(das) profissionais do magistério e em constante articulação entre UFPA e a sociedade. As Atividades Acadêmicas de Extensão serão desenvolvidas de forma presencial ao longo do Curso e envolvendo a participação ativa de estudantes regularmente matriculados(as). Para fins de especificação, cabe destacar que no curso de Pedagogia, essas ações envolverão os componentes curriculares de formação específica e registro do desenvolvimento das atividades acadêmicas que devem ser registradas em documentação adequada que permita o acompanhamento do

processo formativo, por meio de observações críticas, relatos de experiência, dentre outras evidências das aprendizagens do(a) licenciando(a) tanto na UFPA quanto nas Instituições de Educação Básica, onde ela deve ocorrer. No que concerne às estratégias que podem ser adotadas para o acompanhamento e a avaliação das atividades extensionistas destaca-se: o uso de processos de observação, levantamento de informações por meio de questionários e/ou entrevistas, elaboração de relatórios, divulgação de resultados de ações, eventos de avaliação aos final dos componentes curriculares ou conclusão de programas de extensão, entre outros, permitindo que as avaliações realizadas oportunizem a participação de todos os sujeitos no processo avaliativo, para que se desenvolva uma metodologia cooperativa e participativa de avaliação, sob a perspectiva dos(das) discentes, dos(das) docentes, da comunidade externa, da equipe gestora do Curso e demais agentes envolvidos(as). Nesta forma de organização, a Extensão ocupará o espaço de elemento fundamental ao diálogo da Universidade com a realidade na qual se encontra, visando enriquecer o conteúdo trabalho na Instituição de Ensino Superior, e não somente como forma de socialização dos construtos teóricos. As ações também serão realizadas como formas de viabilizar que os conhecimentos e os saberes da própria comunidade sejam compartilhados e refletidos. Além dessas ações extensionistas curriculares, o Curso de Pedagogia visará a integração com as ações extensionistas promovidas pela UFPA por meio de programas e projetos a saber: Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX); Programa Eixo Transversal; Programa Conexões de Saberes: Diálogo entre a Universidade e as Comunidades Populares; Programa de Extensão Inclusiva Avançada (PROEXIA) ? Baixo Tocantins, entre outros, que visam diretamente o desenvolvimento de ações articuladas com os PPCs dos cursos de graduação, bem como a garantia da inserção do(da) estudante em ambientes que permitam práticas e ações direcionadas para as demandas sociais de comunidades externas à UFPA. Para o desenvolvimento dessas ações, tanto como núcleo formador ou como componente desse processo, o Curso, no Campus Universitário de Abaetetuba conta em sua estrutura organizativa com a Divisão de Extensão a quem compete, dentre outras ações: ? prestar assessoramento técnico e logístico às atividades dos projetos de extensão universitária; ? promover a integração das Faculdades com a comunidade externa; ? supervisionar as atividades dos projetos de extensão vinculados às Faculdades; ? coletar e organizar os dados de projetos de extensão e eventos acadêmicos, visando a racionalização, o desenvolvimento e o acompanhamento deles; ? avaliar e controlar resultados de implantação de projetos de extensão.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A concepção de inclusão social adotada pela UFPA segue a linha do reconhecimento da "multiplicidade de saberes, racionalidades e modos de vida que compõem o cenário social, regional, nacional e mundial" (Pará, 2016, p. 63), em especial na Amazônia, rica por sua diversidade e, também, marcada pela exclusão e desigualdade. Esta concepção norteia toda a sua política de ensino. Assim, ao assumir o compromisso de ofertar uma educação e ensino com qualidade, considera ser indispensável associação desta à equidade, levando em conta as questões ligadas à diferença e diversidade. "Diferença e diversidade são assumidas, portanto, como questões culturais e constitutivas das relações produzidas [...], o que implica em ultrapassar práticas direcionadas unicamente à tolerância para inseri-las no conjunto das desigualdades socialmente produzidas" (Pará, 2016, p. 66). Deste modo, o Campus Universitário de Abaetetuba, alinhado à sua sede, tem empreendido esforços em produzir e executar planos e ações voltadas à inclusão social, buscando alcançar diferentes grupos cujos direitos básicos têm sido recorrentemente não garantidos, isto é, cidadãos(ãs) quilombolas, oriundos(as) do campo, indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, estudantes de baixa renda, egressos(as) de instituições públicas, entre outros(as). Para atender aos objetivos e princípios de inclusão social definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (Pará, 2016), a UFPA cria, em 2017, a Assessoria da Diversidade e Inclusão Social - ADIS, em virtude da necessidade de estimular a promoção da igualdade e lutar pela valorização dos grupos minoritários que compõem o espaço da Universidade. A ADIS tem como competências, elaborar, propor, coordenar, implementar e acompanhar as políticas de ações afirmativas, no âmbito da UFPA; assim como a execução de programas e projetos. Além disto, propõe também, apoiar demandas provenientes de órgãos de representatividade de grupos sociais os quais, em decorrência de discriminações, tornaram-se vulneráveis, bem como utilizar-se de mecanismos específicos para o acesso e permanência na UFPA (graduação e pós-graduação) destes grupos. Dentre essas ações afirmativas, constam o sistema de cotas e os processos seletivos especiais, realizados pela UFPA, no ato da oferta dos seus cursos. Assim, a forma de ingresso conta com a Cota Escola para alunos(as) oriundos(as) de escolas públicas, Cota PPI, para pretos(as), pardos(as) e indígenas, a Cota Renda para estudantes de famílias cuja renda per capita é de até 1,5 salário-mínimo e Cota PcD para pessoas com deficiência. Desde 2019, a UFPA também oferta uma vaga extra em todos os cursos de graduação regulares para PcD. A pessoa que desejar concorrer à essa vaga, pode ser oriundo(a) de escolas da rede pública ou privada, desde que comprove que é PcD. Quem é PcD e, estudou todo o Ensino Médio em escola pública, pode concorrer tanto às vagas extras da Cota PcD/UFPA quanto às vagas da Cota PcD, previstas em lei. Em relação à oferta de cursos de graduação e de pós-graduação nos

doze Campi alastrados pelo vasto território do Estado do Pará, a UFPA ?confirma uma política de inclusão e expressa o compromisso institucional com a superação das injustiças históricas que especificam a sociedade brasileira e amazônica? (Pará, 2016, p. 73) e, para isso, criou os seguintes processos seletivos especiais: Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas ? PSE I/Q, Processo Seletivo Especial para o Curso de Etnodesenvolvimento, Processo Seletivo Especial para o Curso de Educação do Campo, Processo Seletivo Especial para Imigrantes, Refugiadas(os), Asiladas(os), Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas ? PSE Migre, Programa Ciência e Arte ?Povos da Amazônia? ? Capam e Ações Afirmativas na Pós-Graduação, cujos programas reservam vagas especiais para pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e/ou pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Em 2021, é instituída a Política Institucional de Assistência e de Acessibilidade Estudantil ? PINAE (Pará, 2021), por meio da qual desenvolve um conjunto de medidas inclusivas voltadas à inclusão social e ao combate das desigualdades sociais, raciais, culturais e linguísticas, e que viabilizem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nos cursos que oferta. Deste modo, a UFPA passa a fortalecer as diversas ações voltadas aos grupos socialmente vulneráveis e de adaptações de mobilidade urbana, de inclusão para pessoas com deficiência intelectual e de acessibilidade física e digital. Assim, compromete-se com o provimento de assistência financeira, organizada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), de ajuda ao desempenho acadêmico, de formação cultural e de acessibilidade, conduzida pela Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS). Sobre a acessibilidade universitária, esta é considerada como toda ação que é realizada no âmbito da Universidade, que possibilite e garanta condições de alcance para utilização com segurança e autonomia por pessoa com deficiência (física, visual, auditiva, Transtorno do Espectro Autista ? TEA, intelectual e de deficiências múltiplas) ou com mobilidade reduzida de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive nos sistemas dos websites e outras tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público em geral, de uso coletivo na Universidade pública (Pará - PINAI, 2021, p. 14). Visando garantir a inclusão educacional e acadêmica dos(das) estudantes indígenas, pessoas com deficiência, pessoas com altas habilidades/superdotação, quilombolas, do campo e estrangeiras/os, a UFPA desenvolveu várias políticas de atendimento ao(à) discente, incluindo os seguintes programas: Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa de Apoio Pedagógico (PROAP), o PRODIGITAL e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Algumas das ações mais relevantes da UFPA visando a inclusão, o bom desempenho acadêmico, a permanência e o atendimento das diversidades e diferenças é o Programa

Permanência (PPERMANÊNCIA), voltado ao auxílio do(da) estudante da graduação que se encontra em condição de vulnerabilidade socioeconômica a seguir: Auxílio Permanência/Auxílio Financeiro no valor de R\$ 400,00 para custear despesas com transporte, alimentação e material didático. Tem vigência de 12 meses. Auxílio Moradia/auxílio financeiro no valor de R\$ 400,00 para custear aluguel de moradia. Tem vigência de 12 meses. Auxílio Emergencial no valor de R\$ de 400,00 para custear despesas com transporte, alimentação e material didático em situações emergenciais que surgem na vida do(a) aluno(a), sem que ele(ela) esteja escrito(a) em algum auxílio. Auxílio Intervalar no valor R\$ 400,00,00 para o custeio de alimentação, transporte e material didático. É pago em uma única parcela. Destinado exclusivamente para alunos(as) vinculados(as) a cursos em regime Extensivo. Auxílio Intervalar Moradia no valor R\$ 500,00,00 para custear despesa com aluguel de moradia. É pago em uma única parcela. Destinado exclusivamente para alunos(as) vinculados(as) a cursos em regime Extensivo. Auxílio Primeira Infância que visa a permanência e conclusão de curso, de cunho social e pedagógico, vinculada ao Programa de Acompanhamento Discente (PROCAD), executado pela Coordenadoria de Integração Estudantil (CIE) da SAEST/UFPA, com o intuito de contribuir com as despesas educacionais de filhos/as dos/as discentes da UFPA, prioritariamente, matriculado/a em curso de graduação presencial em vulnerabilidade. Auxílio Moradia Indígena, Quilombola e pertencentes à Populações Tradicionais. Auxílio financeiro para estudantes indígenas e quilombolas e pertencentes à populações tradicionais no valor de R\$ 400,00 para custeio de despesas com aluguel de moradia. Casas Estudantis nos Campi de Belém, Altamira, Castanhal e Breves. Auxílio Casa do Estudante no valor de R\$ 400,00 para custear despesas com transporte, alimentação e material didático e exclusivo para estudantes que residem nas Casas Estudantis. Auxílio Taxa Zero Isenção de pagamento do bandejão nos Restaurantes Universitários. Bolsa para Cursos de Línguas Estrangeiras. O projeto PROLÍNGUAS concede Bolsa para cursar línguas estrangeiras nos Cursos Livres do Instituto de Letras e Comunicação (Inglês, Francês e Espanhol). É concedido por meio de edital publicado duas vezes ao ano. O(A) estudante aprovado(a) recebe um auxílio financeiro para a compra de livro acadêmico. Auxílio PROMISAES no valor de R\$ 600,00 destinado a(à) estudantes estrangeiros(as). Concedido por meio de edital publicado uma vez ao ano. Auxílio Estudante Estrangeiro no valor de R\$ 400,00 para custear despesas com transporte, alimentação e material didático. Plantão Psicológico por vídeo chamada para estudantes com dificuldades emocionais que interfiram nos estudos. Podem participar estudantes de todos os Campi. Orientação Pedagógica para alunos(as) com dificuldades nos estudos. Para estudantes que estejam com dificuldades de organização do tempo e da agenda para os estudos será

atendido(a) por uma profissional de Pedagogia que irá prestar uma orientação ao(às) aluno(as) sobre instrumentos que possam utilizar para melhorar a participação acadêmica (Fonte: <https://www.sigaest.ufpa.br/sigaest/programas.php>). O Programa Permanência também contempla as necessidades específicas das pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotação e com distúrbios globais do desenvolvimento, tal como o Transtorno de Espectro Autista (TEA), entre outros. Vale ressaltar que estes constituem um dos principais grupos alvos da educação inclusiva. Os auxílios que compõem a permanência para os(as) estudantes PcD da UFPA são: Auxílio PcD - assiste o(a) estudante PcD (pessoas com deficiência, segundo o Código de Identificação de 128); Doenças (CID) ? do Ministério da Saúde) que possui deficiência física, motora, sensorial ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, no custeio de despesas com necessidades básicas. Auxílio Kit Pcd no valor de R\$ 400,00 para custear despesas com transporte, alimentação e material didático e somente para estudantes com deficiência. É concedido por meio de edital publicado, uma vez ao ano. Kit Tecnologia Assistiva no valor de até R\$ 3.000,00 para a compra de materiais e aquisição de tecnologia assistiva. Exclusivo para estudantes com deficiência. É concedido por meio de edital publicado uma vez ao ano. Bolsa para Monitoria com alunos(as) PcDs (PROBAC) no valor de R\$ 400,00 destinada a(à) estudantes que desejam desenvolver monitorias em atividades de auxílio a(à) estudantes com deficiência. Orientação pedagógica para alunos(as) PcDs com dificuldades nos estudos e para estudantes que estejam com dificuldades de organização do tempo e da agenda para os estudos. O(A) estudante será atendido(a) por um(a) profissional de Pedagogia que irá prestar uma orientação ao(à) aluno(a) sobre instrumentos que possam utilizar para melhorar a participação acadêmica. Acompanhamento Psicoeducacional para alunos(as) PCD com alguma dificuldade emocional que interfira nos estudos. Serviço de Interpretação e Tradução em Libras pode ser solicitado pelas Unidades ou Subunidades Acadêmicas. Adaptação de texto escrito para leitor digital de texto, serviço para que os(as) alunos(as) com deficiência visual possam ter acesso a textos que não estejam em formatos acessíveis. Solicitação de Instalação de Software de Leitor de Telas, serviço de instalação de programas de Softwares. Leitores de Tela (Dosvox e NVDA) em laboratórios de informática da Universidade, cujos usuários(as) sejam cegos(as) ou possuam baixa visão. Serviço de Áudio Descrição - Serviço de realização de descrição de imagens, em fotografias, cartazes, slides, gráficos, vídeos, eventos acadêmicos e culturais. Serviço Transcrição em Braille que pode ser realizado em materiais didáticos utilizados em sala de aula, livros, apostilas, partituras, mapas, placas de localização e outros. O serviço de transcrição em Braille pode ser solicitado pelas Unidades e Subunidades Acadêmicas. Fonte: <https://www.sigaest.ufpa.br/sigaest/programas.php>. O

Programa de Acessibilidade da PINAE, dispõe de uma série de serviços voltados especificamente à acessibilidade, ao ensino, à pesquisa, à formação, à infraestrutura, à comunicação, ao acompanhamento e à avaliação dos(as) estudantes público da educação especial, visando garantir o direito à educação, à dignidade e à igualdade. Seguindo as políticas de inclusão da UFPA, materializadas nas políticas de cotas e nas políticas de acessibilidade, o Campus Universitário de Abaetetuba (CUBT) tem dispensado atenção a estas demandas e adequando o espaço arquitetural para garantir a acessibilidade, porém, ainda em processo de conclusão a instalação de elevador no prédio administrativo. Sobre a inclusão, além de estudantes oriundos(as) das políticas de cotas. O Campus Universitário de Abaetetuba conta com estudantes surdos(as), com Transtorno do Espectro Autista ? TEA, deficiência visual (cegueira/baixa visão) e com deficiência física (usuário(a) de cadeira de rodas) que recebem atendimento direto da Divisão de Acessibilidade (DAc). O CUBT também possui uma Divisão de Assistência Estudantil (DAEST), que conta com uma Assistente Social. A DAc se constitui num espaço acolhedor nas dependências do CUBT, voltado à recepção dos(as) alunos(as) e de suas demandas decorrentes das deficiências que possuam, e tem como objetivo executar ações de inclusão e acessibilidade aos(às) alunos(as) no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. A Coordenação da DAc conta com o apoio de duas bolsistas e os atendimentos ocorrem de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, presencialmente; é possível também o contato através do e-mail ?dac.abaetetuba@gmail.com?. A DAc também oferta, ao público da UFPA e ao público em geral, o curso ?Libras na Comunidade?, voltado ao ensino dos elementos fundamentais da LIBRAS, com carga horária de 60h, constituindo-se numa ação necessária e relevante para a inclusão social, tornando viável que a comunicação com a comunidade surda se amplifique. A FAECS está permanentemente preocupada em garantir a acessibilidade das pessoas com necessidades específicas; assim já adquiriu recursos didático-pedagógicos e, atualmente, possui 10 sorobãs e 5 máquinas braille. Na questão estrutural, os banheiros da Faculdade já estão adaptados para garantir a acessibilidade. Quanto ao pessoal docente especializado, com a realização de Concurso Público para provimento de Cargo de Docente da Disciplina Educação Especial, espera-se contar com um(a) profissional especializado(a) na área (Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS) que possa constituir a equipe responsável pelo futuro Laboratório de Linguagem e Educação, onde ficará o acervo bibliográfico em braille, bem como as fitas sonoras a serem adquiridas. Para a implementação de tal laboratório, já aprovado no Conselho Deliberativo do Campus, necessitamos de espaço físico adequado. A FAECS reconhece que ainda há um longo percurso, a seguir, no intuito de sanar os problemas relativos à inclusão de estudantes

público-alvo da Educação Especial, tais como: ter em seu quadro docente profissionais com formação específica em Educação Especial na perspectiva inclusiva, com conhecimento e prática no uso de LIBRAS e BRAILLE e sobre procedimentos metodológicos específicos para este público. Outras ações são necessárias, como: aquisição de computador-braille, equipamento que combina as funções de linha Braille, reglete braille, bloco de notas e computador portátil, para pessoas cegas/baixa visão e surdos(as)-cegos(as); adquirir mobiliário específico para aluno/as com deficiência física; aquisição de scanner e impressoras braille, gravador, fotocopadora que amplie textos, lupas, régua de leitura e carteiras adequadas às necessidades específicas dos(das) estudantes; ampliação da acessibilidade, por meio de adequação do espaço arquitetural com calçadas sinalizadas, piso tátil, barras de apoio e rampas, estacionamento, aquisição de bebedouros, entre outros; promover cursos sobre o uso de máquinas braille, reglete braille e sorobãs, bem como demais equipamentos tecnológicos; ofertar cursos, oficinas, palestras objetivando a formação e atualização de docentes, discentes e técnicos(as) no desenvolvimento das ações de inclusão. Quanto ao currículo, em conformidade com as DCNs de 2024, as diferenças humanas são consideradas no processo de formação inicial no curso de Pedagogia, tomadas como princípios da inclusão social. Deste modo, o desenho curricular contém os seguintes componentes obrigatórios: Educação Especial em Perspectiva Inclusiva; Introdução à Língua Brasileira de Sinais ? Libras; Abordagens Teórico-Metodológicas no Ensino da Pessoa com Deficiência Visual; Abordagens Teórico-Metodológicas no Ensino dos Transtornos Globais do Desenvolvimento e Estágio em Educação Especial (AEE). O imperativo dos princípios de inclusão na formação inicial se coloca na medida em que o/a egresso(a) precisa demonstrar consciência das diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, de faixas geracionais, classes sociais, religiosas, da deficiência, da diversidade sexual, entre outras. A Política de Assistência Estudantil da UFPA por meio da Divisão de Acessibilidade (DAC) busca atender as demandas de alunos(as) que possuem algum tipo de deficiência. Os atendimentos incluem serviços de tradutor(a) e intérprete de Língua Brasileira de Sinais; digitação de textos, acesso à tecnologias assistivas, softwares leitores, adaptação pedagógica e tempo adicional para realização de provas e articulações com diversos setores da Universidade para criar e promover estratégias de inclusão, acessibilidade e permanência para estudantes com deficiência que permitam que o(as) acadêmicos(as) com alguma deficiência possam ser incluído(a), de fato, nos processos formativos da educação superior em articulação direta com a Política de Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA. Em consonância com esta Política de Assistência Estudantil do Campus de Abaetetuba, a Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS), vem contribuindo para a permanência

dos(das) estudantes no curso de Pedagogia e com a formação de professores(as) para a Educação Básica.

POLÍTICA DE EGRESSO

A UFPA lançou o Programa de Acompanhamento de Egressos(as) no Portal do Egresso que tem como objetivo ?orientar ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação da UFPA?. O Portal apresenta a Estatística de Egressos(as), por meio de um Relatório da Pesquisa de Egressos(as), com os dados até o momento; essa Pesquisa chama o(a) estudante para preencher um Questionário do Egresso; nele divulga Eventos da UFPA e de diferentes áreas e oportunidades por meio de editais de concursos e pós-graduação, por exemplo. O acompanhamento dos(as) egressos(as) do curso de Pedagogia está condizente com o compromisso da UFPA, com a qualidade da formação visando a futura inserção do(da) ex-aluno(a) no mundo do trabalho. Deste modo, interessa estabelecer um processo de comunicação frequente e contínuo com o(a) aluno(a) que tenha concluído seu Curso, de modo que a Faculdade possa monitorar a sua realidade como profissional, para avaliar e redirecionar as políticas curriculares que desenvolvemos na FAECS. A Faculdade implementará o Programa de Acompanhamento dos(as) Egressos(as) do Cursos de Pedagogia (PAEPED), inicialmente por meio de interação via Google Forms. Para tanto, o primeiro passo será a criação e manutenção de um banco de dados com todas as informações hodiernas das(os) egressas(os) a ser atualizado, anualmente. Neste banco de dados devem conter informações sobre: a ocupação profissional exercida pelo(a) egresso(a); os fatores limitadores de sua inserção no mundo do trabalho; a condição de remuneração; os impactos da formação na vida profissional do(da) egresso(a); a importância dos estágios para a qualificação da prática profissional; a formação continuada; participação nas avaliações do Curso (ENADE), entre outras. Algumas ações já são realizadas pela FAECS tais como a participação regular dos(as) egressos(as) na Semana do Calouro, na qual são convidados(as) a socializar com os(as) graduandos(as) iniciantes sua experiência como aluno(a) e os caminhos percorridos após a conclusão do Curso. Além disso, mantém-se um canal permanente de comunicação via e-mail institucional, no qual dão-se oportunidade deles (delas) indicarem as possíveis fragilidades e os pontos fortes do seu processo de formação e pretendemos, futuramente, criar o Portal do(a) Egresso(a), na página do CUBIT-UFPA. Dentre as ações a serem implementadas pela FAECS está o Encontro dos(as) Egressos(as) do Curso de Pedagogia, a ser realizado bianualmente, no que deverão ser socializados

conhecimentos sobre oportunidades de emprego, qualificação profissional e demais assuntos que possam interessar a(à) ele(ela) incluindo, também, relatos de experiência, palestras, rodas de conversa em que os(as) protagonistas sejam estes/estas e suas vivências após a finalização do Curso. A FAECS pretende instituir uma política em que o(a) egresso(a) seja incentivado(a) a participar em eventos sazonais e no dia a dia acadêmico, atuando tanto em atividades de ensino, como de pesquisa e extensão como voluntário(a), sem vínculo trabalhista ou previdenciário. O corpo docente da Faculdade também será constantemente orientado a manter contato com os(as) egressos(as), dando a(à) estes(as) todo o suporte necessário para a continuidade dos seus estudos e para o ingresso no mundo do trabalho.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

A organização e o planejamento pedagógico, sistemático e integrado, requer, do conjunto de docentes da FAECS, a adoção do trabalho coletivo como principal dinâmica político-pedagógica adotado como procedimento necessário e contínuo para o aprimoramento da organização curricular, da prática pedagógica e dos processos de ensino e aprendizagem. O planejamento do trabalho docente e das atividades curriculares previstas no Projeto Pedagógico do Curso ocorrerão a cada início de período letivo, conforme o Calendário Acadêmico da UFPA, e as reuniões do Conselho Deliberativo da Faculdade serão os fori legítimos desse planejamento. São nesses momentos que ocorrerão os debates voltados à integração da pesquisa e da extensão no processo formativo dos estudantes. Os Programas e os Planos de Ensino das atividades curriculares, a cada período letivo, serão elaborados coletivamente pelos(as) docentes responsáveis por ministrá-las e serão submetidos à apreciação e aprovação do Conselho da Faculdade. Após aprovados e iniciados os períodos letivos, os Programas e Planos de Ensino deverão ser disponibilizados aos(às) discentes para que estes(estas) também possam apresentar suas apreciações e contribuições. O planejamento do trabalho docente se constitui em momentos de trocas de experiências, de aprendizado e de enriquecimento das atividades curriculares propostas no Curso de Pedagogia. Também privilegiará o debate sobre o percurso acadêmico de alunos e alunas e as formas metodológicas que proporcionem a formação de habilidades e competências requeridas. A FAECS se organiza para tornar viável a qualificação do corpo docente, desenvolvendo estratégias como licenças para estudos de pós-graduação *stricto sensu*, licença para pós-doutoramento, licença capacitação, liberação para a participação em cursos ofertados pelo CAPACIT, participação no Fórum de Graduação e no Fórum do Curso de

Pedagogia, entre outras. A formação continuada para o desenvolvimento do PPC será realizada em duas dimensões: a) através da solicitação de cursos e oficinas, a serem realizados anualmente, à PROEG/DADD/CAAD, que tem como uma das suas funções acompanhar e desenvolver ações voltadas à atualização pedagógica e de gestão acadêmica dos(das) docentes; e b) formações continuadas organizadas e conduzidas pela Direção e Vice Direção da Faculdade, a serem realizadas trimestralmente, sobre os temas relacionados ao desenvolvimento do PPC, metodologias de ensino, estratégias de avaliação, entre outras.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A busca pela linearidade entre avaliação e democracia é algo que deve ser perseguida. Esta afirmação se baseia no segundo princípio da filosofia da avaliação, defendida por Martuccelli (2010), de que tudo deve ser avaliado e posto em concorrência com o objetivo de maior democratização e de objetivação do exercício do poder enquanto dinâmica de regulação crítica. Enquanto expressão polissêmica é preciso ter clareza de sua dimensão no contexto do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Há de se declarar aqui sua natureza social, pedagógica, ética, técnica e científica, que ultrapassa o empreendimento teórico e prático acerca do rendimento dos(as) alunos(as). A avaliação enquanto uma dimensão da aprendizagem e do currículo ampara-se no paradigma da avaliação emancipatória defendida por Saul (2009), que considera três vertentes teórico-metodológicas a saber: a avaliação democrática, a crítica institucional e criação coletiva e a pesquisa participante. Como explicita o próprio nome, a avaliação emancipatória tem como conceitos básicos a emancipação, a decisão democrática, a transformação e a crítica educativa, conceitos estes plenamente compatíveis com um curso de formação de profissionais da educação, ou seja, a defesa por esse tipo de avaliação revela o compromisso ético, didático e político da instituição, bem como de seus(suas) professores(as) e gestores(as), na indicação de uma formação para o exercício da cidadania. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no curso de Pedagogia são pensados como processos globais, contínuos e diversificados, indissociáveis das atividades acadêmicas, de modo que estejam articulados à concepção do Curso para que contribua com a formação integral e autônoma dos(das) estudantes. A avaliação leva em consideração, ainda, as Normas do Sistema Acadêmico vigente, na UFPA, com o envolvimento de professores(as) e alunos(as) que prevê que o(a) aluno(a) será considerado(a) aprovado(a) se apresentar

frequência mínima de 75% da carga horária nas atividades acadêmicas e desempenho mínimo exigido na legislação em vigor da UFPA. Serão elementos básicos para a avaliação do(da) graduando(a): a) ocorrer de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os períodos do Curso; b) deve abranger os múltiplos aspectos de aprendizagem e, indo além da aferição de conhecimento, considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o trabalho, entre outros aspectos. A sistemática da avaliação assim seguirá: 1. será diagnóstica, formativa, permanente, contínua e cumulativa com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos(das) alunos(as), obedecendo a ordenação e a sequência de ensino-aprendizagem, bem como a orientação do currículo; 2. serão utilizados instrumentos e estratégias como seminários, pesquisas, produção escrita, provas, experimentos, entre outros(as) que forem eleitos(as) para compor o processo avaliativo e devem possibilitar o acompanhamento e o feedback das aquisições dos conhecimentos e das competências; 3. Caberá ao corpo de professores(as) estabelecerem normas e diretrizes em relação aos instrumentos e estratégias a serem utilizados; 4. Serão considerados indicadores importantes para a avaliação: o interesse e a participação dos(das) acadêmicos(as) nas atividades de campo e práticas nos laboratórios; 5. Os resultados das avaliações serão expressos através de notas em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Para efeito de consolidação e atribuição de conceitos ao(à) discente será utilizada a seguinte convenção estabelecida no Regulamento da Graduação/UFPA: ? EXCELENTE (9,0 - 10,0); ? BOM (7,0 - 8,9); ? REGULAR (5,0 - 6,9); ? INSUFICIENTE (0 - 4,9). Para aprovação, o(a) acadêmico(a) deverá participar, obrigatoriamente das atividades e cumprir, no mínimo, 75% de frequência. A proposta de avaliação deverá considerar as demandas das(dos) estudantes com deficiências ou necessidades específicas que exigirão algum tipo de acessibilidade pedagógica e comunicacional, Tecnologia Assistiva ou além das estratégias avaliativas adaptadas e seus critérios (tempo adicional para provas, testes e demais avaliações, avaliação semântica para surdas(os) que possuem a Língua Portuguesa escrita como L2, avaliação com adaptações de questões, mas sem perder a qualidade, assegurado o acesso ao conteúdo e às informações, respeitando as diferenças em igualdade de condições com as demais pessoas). Uma Universidade que se quer democrática, inclusiva e diversa precisa garantir a(à) todos(as) o acesso, a permanência e o sucesso, e a UFPA tem primado por atender estudantes com Transtornos Globais do Neurodesenvolvimento (1- Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDA/H); 2- Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) com prejuízos em uma ou mais condições, como prejuízo na leitura (Dislexia); prejuízo na escrita (Disgrafia) ou prejuízo na Matemática (Discalculia); 3- Transtorno Opositor-Desafiador (TOD); 4- Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC ou DPAC). Desse modo,

acionaremos a COASSES para orientar os/as docentes nos processos avaliativos inclusivos. Compreendendo que a avaliação não se constitui em uma via de mão única, mas se configura em um momento de produção do conhecimento e a avaliação docente se faz fundamental para que se possa repensar o processo metodológico do Curso, de modo que contribua com o desenvolvimento e a autonomia do(da) discente de forma contínua e efetiva. As avaliações realizadas possibilitam que os/as discentes tenham acesso à informações sistematizadas sobre seu processo de aprendizagem como mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. Independentemente da sistemática de avaliação adotada pelos órgãos centrais (conforme o art. 25 da BNCC, o INEP elaborará um instrumento de avaliação dos cursos de formação de professores), e a Direção da Faculdade procederá, com a participação do corpo docente e discente a uma sistemática de avaliação contínua, com registro semestral, que privilegie a análise dos processos e dos resultados para garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações do PPC. A avaliação global do Curso se constituirá em uma atividade permanente, contínua, sistemática e dialógica envolvendo os agentes escolares (professores(as), coordenação e técnicos/as), alunos(as), representantes das comunidades envolvidas no PPC. Para isso, um instrumento importante será a Avaliação de Cursos ? o AVALIA, instituída pela PROEG. A avaliação das atividades didático-pedagógicas é realizada ao término de cada período letivo e o respectivo planejamento a cada início de período letivo, envolvendo principalmente os(as) docentes que ministraram e/ou ministrarão as atividades acadêmicas previstas no Projeto Pedagógico de Curso. Constituir-se-á uma Comissão Própria de Avaliação, formada por docentes, técnico-administrativos e representantes discentes que avaliará, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica, os seguintes aspectos: a) o contexto do curso - campo de trabalho, perfil do ingressante; b) finalidade do curso - alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas de conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso - índice de evasão e reprovação; d) aspectos administrativos e acadêmicos; qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos; e) instalações físicas. Por isso, ao longo da realização de atividades ocorrerá, coletivamente, avaliação docente e ao final de cada etapa, um seminário de avaliação envolvendo professores(as), alunos(as) e a equipe pedagógica com a intenção de discutir os caminhos percorridos na etapa, redimensionar a proposta e avaliar os resultados obtidos.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Em relação à avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, esta será conduzida pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), visto que têm a função consultiva, propositiva e de assessoramento no processo de concepção, consolidação e acompanhamento de sua execução, em vistas da contínua promoção de sua qualidade? (UFPA, 2017, artigo 1). Assim, a cada dois anos ou em período menor, caso haja necessidade, o NDE procederá à condução do processo avaliativo do PPC que deverá contar com a participação de toda a comunidade acadêmica da FAECS, com o objetivo de analisar a sua execução e identificar a manutenção ou mudanças necessárias ao seu aprimoramento. A avaliação do PPC será realizada a cada dois anos, através de reuniões e/ou assembleias envolvendo toda a comunidade acadêmica. Os resultados de todas as avaliações externas e internas a que o Curso de Pedagogia for submetido serão tomados como ponto de partida para o aprimoramento contínuo do planejamento e da qualidade do Curso. O processo de avaliação do curso de Pedagogia será realizado através de reuniões e rodas de conversa com a participação de toda a comunidade acadêmica. Dentre os instrumentos a serem adotados, estão o preenchimento de questionários por discentes, docentes, Direção e Vice-direção pelo Google Forms, e o registro em Ata dos encontros avaliativos realizados. A periodicidade de avaliação do Curso será: - semestralmente: de acordo com o Artigo 35 do Regimento Interno do Campus Universitário de Abateteuba (Abateteuba, 2008), a Direção da Faculdade tem a responsabilidade de realizar, semestralmente, avaliação das atividades acadêmicas desenvolvidas no curso, bianualmente: através da participação no ENADE.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
JAQUELINE MENDES BASTOS	Doutor	EDUCAÇÃO	40 horas
ALEXANDRE AUGUSTO CALS E SOUZA	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
CRISOLITA GONCALVES DOS SANTOS	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
DINAIR LEAL DA HORA	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
ELIANA CAMPOS POJO TOUTONGE	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
JADSON FERNANDO GARCIA GONÇALVES	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
JOÃO PAULO DA CONCEIÇÃO ALVES	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
JOYCE OTANIA SEIXAS RIBEIRO	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
MARIA DO SOCORRO PEREIRA LIMA	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
MARIZA FELIPPE ASSUNÇÃO	Doutor	EDUCAÇÃO. SOCIOLOGIA	Dedicação Exclusiva
RAFAELE HABIB SOUZA AQUIME	Doutor	PSICOLOGIA. EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FALABELO	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
SANDRA KARINA BARBOSA MENDES	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
Sergio Bandeira do Nascimento	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
VILMA NONATO DE BRICIO	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva
VIVIAN DA SILVA LOBATO	Doutor	EDUCAÇÃO	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

Não se aplica

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Auditório	Imóvel	120	Reunião	2
Lanchonete	Imóvel	30	Administrativa	1
Biblioteca Central do Campus	Imóvel	50	Reunião	1
Sala da Direção da Faculdade	Sala	1	Administrativa	1
Sala de Aula	Sala	44	Aula	4
Sala de Assistência Estudantil	Sala	2	Orientação acadêmica	1
Sala dos Técnicos em Assuntos Educacionais	Sala	4	Administrativa	1
Sala do Centro Acadêmico	Sala	10	Administrativa	1
Secretaria Integrada do Campus	Sala	6	Administrativa	1
Sala da Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação CPGA	Sala	4	Administrativa	1
Espaço de Convivência	Sala	30	Administrativa	2
Gabinete de Professores (compartilhado por 3 docentes)	Sala	2	Orientação acadêmica	5
Laboratório de Informática	Laboratório	30	Aula	1
Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPED)	Laboratório	30	Aula	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Laboratório de Informática	computador	Cedido	15	
	mesa	Cedido	15	
	Outros	Cedido	30	Cadeiras
	quadro magnético	Cedido	1	
	datashow	Cedido	1	
Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPED)	Notebook	Cedido	1	
	mesa	Cedido	6	
	datashow	Cedido	1	
	Outros	Cedido	20	Carteiras
	Outros	Cedido	1	Armário
Sala da Direção da Faculdade	computador	Cedido	2	
	mesa	Cedido	4	
	Outros	Cedido	2	Armários de ferro
	Outros	Cedido	6	Cadeiras
	Outros	Cedido	1	Ponto de internet
	datashow	Cedido	2	
Sala de Aula	mesa	Cedido	1	
	computador	Cedido	1	
	datashow	Cedido	1	
	Outros	Cedido	2	Ar-condicionado
	Outros	Cedido	44	Carteiras

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAETETUBA. Instrução Normativa n.º 01 de 09 de setembro de 2024 - Instrui e normatiza sobre a realização do estágio curricular obrigatório e não obrigatório a ser realizado na escola básica e outros espaços educativos. Faculdade de Educação e Ciências Sociais - FAECS. Campus Universitário de Abaetetuba - CAAB, 2024.

ABAETETUBA. Instrução Normativa n.º 02 de 09 de setembro de 2024 ? Instrui a realização de Trabalho de Curso, considerando a legislação vigente. Faculdade de Educação e Ciências Sociais - FAECS. Campus Universitário de Abaetetuba - CAAB, 2024.

ABAETETUBA. Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) 2017-2020. Universidade Federal do Pará. Pró-Reitoria de Planejamento E Desenvolvimento Institucional - PROPLAN. Campus Universitário de Abaetetuba - CAAB. Disponível em: <https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/pdu/campi/abaetetuba.pdf>. Acesso em: 30 ago.2024.

ABAETETUBA. Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) 2022-2025. Universidade Federal do Pará. Pró-Reitoria de Planejamento E Desenvolvimento Institucional ? PROPLAN. Campus Universitário de Abaetetuba - CAAB. Disponível em: https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/pdu/2022-2025/PDU_2022-2025_-_ABAE_TETUBA.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

ALMEIDA, R. F. A prática pedagógica nos processos formativos dos alunos do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na Localidade de Paruru de Baixo no Município de Cametá/PA /Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, Cametá, 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta as Leis n.10098/2000 e n.10436/2002, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais ? LIBRAS. Diário Oficial da União: seção 2, ano 142, p. 28, 23 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil ? PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 147, p. 5. 20 jul. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011 que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência ? Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 148, p. 12, 18 nov., 2011.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho ? CLT. Diário Oficial da União de 26/09/2008, pág. nº 3. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11788&ano=2008&ato=40dk3YE5UNRpWTbb3>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União, de 03/06/2024, edição: 104, seção: 1, página: 26. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558>.

Acesso em: 02 out. 2024. BRASIL. DCNs. ????

BRASIL. Lei 9.394 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União de 23/12/1996. p. 27833, col. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 nov. 2023. PNE

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 mai. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Diário Oficial da União de 05/10/1988, pág. nº 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTW E1EeFpWTb1a>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 3. 191, de 02 de julho de 1957. Cria a Universidade Federal do Pará e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/7/1957, página 16645. Disponível em:

[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3191-2-julho-1957-354771-norma-p1.html/#:~:text=EMENTA%3A%20Cria%20a%20Universidade%20do%20Par%C3%A1%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A,%20%2D%20\(Norma%20Complementar\)](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3191-2-julho-1957-354771-norma-p1.html/#:~:text=EMENTA%3A%20Cria%20a%20Universidade%20do%20Par%C3%A1%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=Vide%20Norma(s)%3A,%20%2D%20(Norma%20Complementar)). Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 42.427, de 12 de outubro de 1957. Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Pará. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42427-12-outubro-1957-381155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.283, de 18 de novembro de 1963. Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências. DOFC 22 11 1963 009849 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4283&ano=1963&ato=995Ezaq50MVRVTdd3>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. Resolução nº 01/2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 17 jun., 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: Ministério da Educação, 18 dez., 2018.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.14.254 de 30 de novembro de 2021 Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Diário Oficial da União de 01/12/2021, pág. nº 5. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14254&ano=2021&ato=a27IzYE9UMZpWT004>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 2.548, de 2015. (Do Sr. Augusto Carvalho) Altera-se dispositivos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o qual dispõe a respeito dos estágios dos estudantes e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1562780. Acesso em: 07 ago. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). IBGE, Brasília, 2010a.

BRASIL. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM). Brasília, 2010b.

CALVINO, Italo. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, V. da L., & WEIGEL, V. A. C. de M. A questão da educação na Amazônia. Universidade do Amazonas. Manaus, 1988. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.aong.org.br/handle/11465/1676>. Acesso em: 20 mai. 2024.

CHAVES, V. L. J. As feições da privatização do público na educação superior brasileira - o caso da UFPA. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/HJPB-6DRGWL>. Acesso em: 23 nov. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hBsH9krxptsF3Fzc8vSLDzr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20

ago. 2023.

ESTEBAN, M. T. A negação do direito à diferença no cotidiano escolar. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*. Campinas, Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 463-486, jul. 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 nov. 2023.

FAZENDA, Ivani, Catarina Arantes (Org.). *Didática e Interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 2005.

FRANCO, Maria Amélia S. I. LIBÂNEO, PIMENTA. Formação de professores versus formação de pedagogos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, São Paulo, ja./jun., 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 12 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez, 1995.

FREITAS, L. C. et al. *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. *Ideação*. Revista do Centro de educação e Letras da UNIOESTE. Vol 10. nº 01. 1º semestre de 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/issue/view/347>. Acesso em: 12 dez. 2023.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. Porto Alegre: Penso Editora, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2018.

MARTUCCELLI, D. Critique de La Philosophie de l'Évaluation. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, numéro double, vol. CXXVIII-CXXXIX, p. 27-52, 2010.

PARÁ. Relatório do PIB Municipal. Fapespa: Belém (Pa), 2021.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Formação de professores e currículo: questões em debate. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.29, n.110, p. 35-50, jan./mar. 2021.

PEREIRA, Rosenildo da Costa. Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e a inclusão social dos jovens e adultos do campo. *Margens ? Revista Interdisciplinar*, Abaetetuba (PA), v. 10, n. 14 ? Dossiê: Formação Docente, p. 187-198, jun. 2016.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Lucena Maria Socorro. *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez, 2004.

Rank Universitário Folha 2023. Jornal da Folha de São Paulo - On-Line. 2023.

Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2023/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia, Amazônias. 3.ed., São Paulo: Contexto, 2015.

ROCHA, Maria Selma de M; DOURADO, Luis Fernandes. As políticas educacionais e os direitos e objetivos. Artigo On-line, 2016.

SAUL, A M. Avaliação Emancipatória: Desafio à Teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo. 2 ed, 9º reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TRINDADE JR., Saint-Clair. Das "cidades na floresta" as "cidades da floresta: espaço, ambiente e urbano na Amazônia brasileira. Paper do NAEA, Belém, n. 321, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11281>. Acesso em: 09 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional ? PDI, 2016-2025. PROPLAN. Belém: UFPA, 2016. Disponível em: https://www.portal.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução n.º. 4.399, de 14 de maio de 2013. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará. PROEG. Belém: UFPA 2013. Disponível em: http://proeg.ufpa.br/images/Artigos/Academico/Downloads/Regulamento_de_Graduacao.pdf. Acesso em: 18 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Reitoria. Universidade Multicampi ? 25 anos de ensino superior regionalizado no Pará: entrevista com Joaquim da Silva Rodrigues. Belém: UFPA, 2011. 1 vídeo (1h 02min e 22 se). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/960>. Acesso em:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução n.º 4.262 de 22 de março de 2012 (CONSEP). Institui o Regulamento para a realização dos Estágios Supervisionados, obrigatórios e não obrigatórios, dos Cursos de Graduação da UFPA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação ? PROEG. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.proeg.ufpa.br/legislacao1>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Guia de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso ? Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo. Coordenadoria de Acompanhamento Curricular - CAC. PROEG. s/d. Disponível em: <http://www.proeg.ufpa.br/images/Guia-de-Elaborao-do-Projeto-Pedaggico-de-Curso-PPC-de>

-Graduao-da-Ufpa---Oficial_compressed.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução n.º 4.908, de 21 de março de 2017. Institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. CONSEPE. Secretaria Geral dos Conselhos Superiores - SEGE. Disponível em:

https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2017/4908%20Regulamenta%20a%20composiçãodo%20Núcleo%20Docente%20Estruturante%20dos%20cursos%20de%20graduaçãono%20ambito%20da%20Ufpa.pdf . Acesso em: 30 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução n.º 3.186, de 28 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. SEGE; CONSEPE. Disponível em:

https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2004/Microsoft%20Word%20-%203186.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução n.º 616, de 14 de dezembro de 2006. Aprova o novo Regimento Geral da Universidade Federal do Pará. SEGE; CONSEPE. Disponível em:

https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2006/Microsoft%20Word%20-%20616.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Estatuto da Universidade Federal do Pará. Diário Oficial da União de 12 de julho de 2006. PROPESP. Disponível em: https://ppca.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/regimento_e_normas/Estatuto-da-Universidade-Federal-doPara.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução n.º 640, de 22 de janeiro de 2008. Aprova o Regimento do Campus Universitário de Abaetetuba. SEGE. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2008/%20640.pdf.

Acesso em: 19 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Proposta de Reestruturação Curricular do Curso de Pedagogia. Centro de Educação. Belém, junho de 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e interdisciplinaridade. In: MOREIRA, Antônio Flavio B. (Org.) Currículo: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.